
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2019

PAC

CERNHE COOPERATIVA DE ENERGIA RURAL

SUMÁRIO

03 SOCIETÁRIAS

20 BALANÇO PATRIMONIAL

21 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

22 DEMONSTRAÇÕES MUTAÇÃO DO PATRIMONIO

23 DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

52 REGULATÓRIAS

65 BALANÇO PATRIMONIAL

66 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

67 DEMONSTRAÇÕES MUTAÇÃO DO PATRIMONIO

68 DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

D.C.S

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

CARTA DA DIRETORIA

A CERNHE possui bons índices de qualidade e satisfação, porém, não se permite acomodar e continua investindo com foco no futuro. A CERNHE foca em melhoria dos condomínios de lazer que representam 67% do público atendido, onde fará a troca em médio prazo de todo sistema convencional por rede compacta. Ampliaremos o sistema para fechar os anéis, fazendo que o consumidor não perceba manutenção e investimento.

Antes, os sistemas de distribuição de Novo Horizonte e Borborema trabalhavam isolados, porém hoje, estamos interligando tudo de forma que empreendimentos às margens do Rio Tiete não fiquem sem energia, graças a construção de ramais de manobra ou interligação.

No meio rural a CERNHE investe na construção de ramais de interligação ou manobra, pois apesar de bom o sistema é rústico possibilitando poucas opções de manobra e isto deixa muita gente sem energia quando de manobras para manutenção e investimentos. Nossa meta é a construção de no mínimo 20 ramais até 2022, alguns já conclusos. Isto mudará o conceito de distribuir energia rural, pois passaremos a ter de fato um sistema de distribuição. No meio rural criamos ramais para proteger nossas agroindústrias, introduzimos reguladores de tensão, chaves com religamento automático, preparando o sistema para operações remotas. Trabalhamos ao lado da produção investindo no sistema, postes altos e sem espias, para facilitar o trânsito de maquinários. Evitamos a todo custo à passagem do sistema em meio à plantação, afinal, nossa missão é o desenvolvimento rural. Podemos dizer que nunca se fez tanta manutenção preventiva e investimento no sistema, sem demérito ao grande trabalho feito anteriormente.

A cooperativa distribuidora de energia vai bem, não oferece risco ao cooperado. Atende cada vez mais com qualidade, eficiência e ética profissional. Não existem processos parados e fila de processos na espera.

Tudo é conclusivo antes do tempo de Lei. A diretoria é empenhada, dedicada e participativa. Toma conhecimento de tudo e por isto apoia os investimentos, entendendo ser este o único caminho para a satisfação do consumidor e manutenção do Contrato de Concessão.

DIRETORIA

PRESIDENTE

JOSÉ ANTÔNIO REDÍGOLO

VICE PRESIDENTE

FAUSTO MIZAEEL

SECRETÁRIO

MANOEL CARLOS RIBEIRO

CONSELHEIROS

LUIZ ANTÔNIO RANGEL

ODENIR SARDELLA

CLAUDINEI RUIS MESTRINER

ORLANDOEMILIO DELLA TOGNA.

SUPLENTES DOS CONSELHEIROS

JOSIMAR ALVES DO VALLE.

CONSELHO FISCAL

ALCIDES R. ZANA

CLÁUDIO JOÃO TROLEZI

DIRCEUJOÃO BORALI

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

GUILHERME APARECIDO GREEN

MAURO BORGES DE OLIVEIRA

WILSON JOSÉ DE LAZARI.

VALORES, VISÃO E MISSÃO

A CERNHE cumpre formalidades legais e estatutárias e por consequência apresenta aos senhores e senhoras o Relatório da Administração, compreendendo demonstrações contábeis, balanço patrimonial societário, demonstração do resultado, balanço social e notas explicativas, elaboradas sob as normas brasileiras de contabilidade, bem como pelas disposições contidas no manual de contabilidade do setor elétrico MCSE.

A finalidade desta apresentação é dar ciência a sociedade das atividades realizadas, das contas e resultados, para que tenha condições de entender o processo, se posicionar, debater e votar sobre as matérias em questão. O balanço a ser apresentado para apreciação da assembleia será o societário. As peças contábeis foram todas submetidas à auditoria da empresa Moore Stephens Prisma Auditores Independentes, empresa de credibilidade e renome no mercado.

A CERNHE apoia ações cooperativistas e neste sentido tem ajudado na criação de novas cooperativas em sua área de atuação.

A CERNHE visa o crescimento de seu sistema, com impacto mínimo na exploração agrícola, ao meio ambiente, garantindo assim o crescimento da classe residencial e do lazer.

O QUE NORTEIAM NOSSOS TRABALHOS



- Trato de respeito e ética profissional com consumidores, cooperados, fornecedores e colaboradores;
- Manter a qualidade do sistema, em harmonia com o meio ambiente e as pessoas envolvidas.

CENÁRIO

A CERNHE assinou aditivo ao Contrato de Permissão passando de 20 para 30 anos, com vencimento para 2037. Isto é motivo de comemoração, porém traz incertezas por conta das metas a serem cumpridas e do sistema de reajuste tarifário. A renovação foi possível porque a CERNHE atende os índices de qualidade e satisfação mínimas.

Não possuir um sistema próprio de rebaixamento de energia, dependendo da supridora, que trata a CERNHE como grande consumidor, apesar de sermos distribuidora de energia. Isto contribui para derrubar muito nossa qualidade já que ficamos sem energia por problemas da supridora, além de que demoram em restabelecer a energia e ainda nos concedem ajuste mínimo, sem folga, deixando nosso sistema muito sensível a pequenos problemas. Nosso projeto é avançar estudos de viabilidade para criarmos subestação de rebaixamento, ou seja, passaremos a adquirir em 34 ou 69, transformando em 13,8 kv. No cenário nacional, se discute a afetação da energia fotovoltaica sobre o sistema de distribuição, não sendo possível vislumbrar o futuro para esta questão.

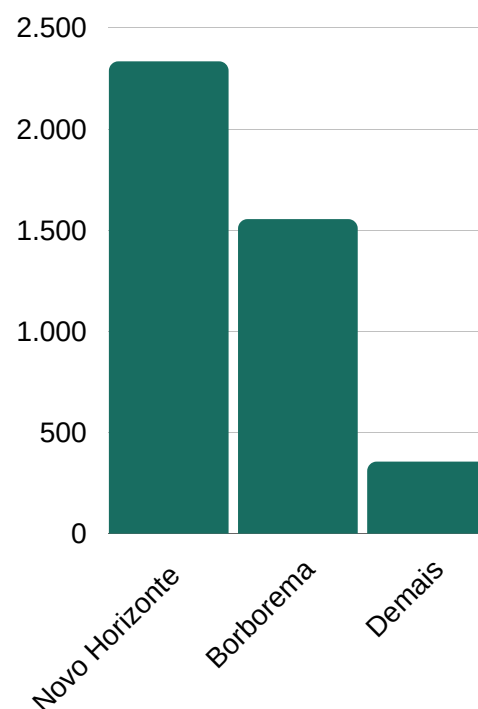
Fora tantas incertezas, o sistema cobra qualidade, no entanto, não reconhecem as individualidades dos pequenos, que são fundamentais aos agentes distribuidores.

À CERNHE, cabe fazer bem o dever de casa, ajustando seus custos para sobreviver neste meio cada vez mais exigente, assim, se não investir visando à qualidade e a diminuição de custos futuros de manutenção, dificilmente se manterá no sistema de distribuição. É preciso o uso de ferramentas atualizadas e tecnológicas, bem como o fortalecimento do cooperativismo.

José
Antonio Redígolo.
Diretor
Presidente

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A CERNHE distribui energia elétrica em 07 municípios do Estado (Novo Horizonte, Borborema, Itajobi, Catanduva, Novais, Tabapuã e Irapuã), atendendo a 4.240 mil consumidores distribuídos em 937km de rede de Alta e Baixa Tensão



3,34%

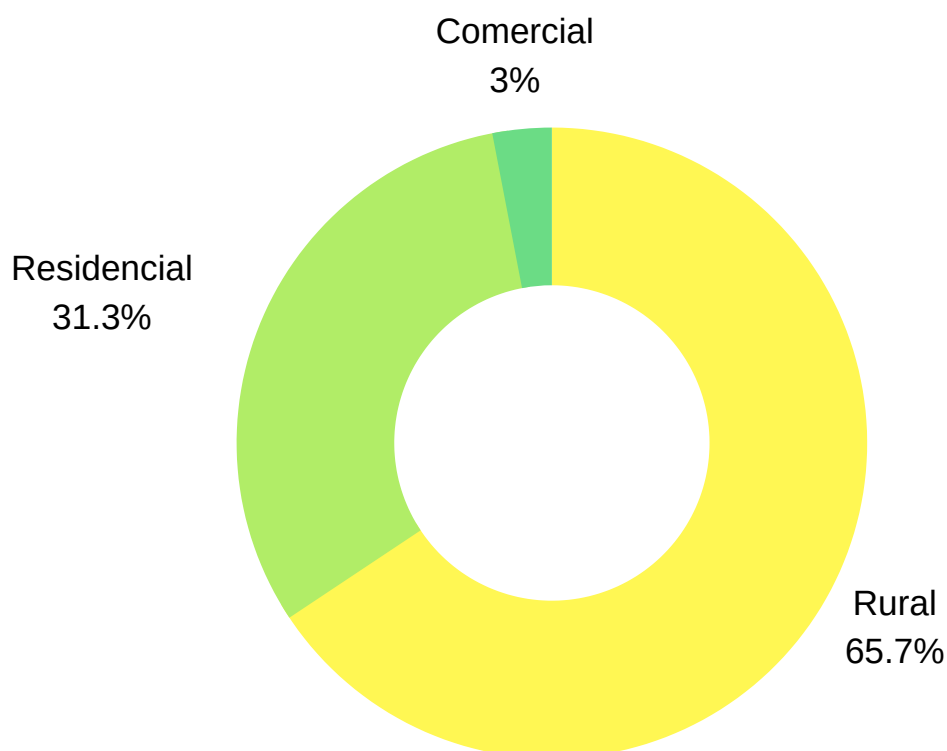
LIGAÇÕES NOVAS A MAIS COMPARADAS A 2018

Ligação de Consumidores - Foram realizadas, no ano de 2019, 137 novas ligações, com destaque 89 residenciais, 40 rurais, 6 comerciais, 1 industrial, totalizando 4.240 consumidores atendidos

LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES

Consumidores	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	2.763	2.674	2.576	2.492	2.389
Industrial	8	7	7	6	6
Comercial	142	136	128	128	126
Rural	1.303	1.263	1.220	1.204	1.188
Poder Público	7	6	6	6	6
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	13	13	10	9	9
Consumo Próprio	2	2	2	2	2
Total	4.240	4.103	3.951	3.849	3.728
Variação	3.34%	3.85%	2.65%	3.25%	3.27%

CONSUMO POR CLASSE



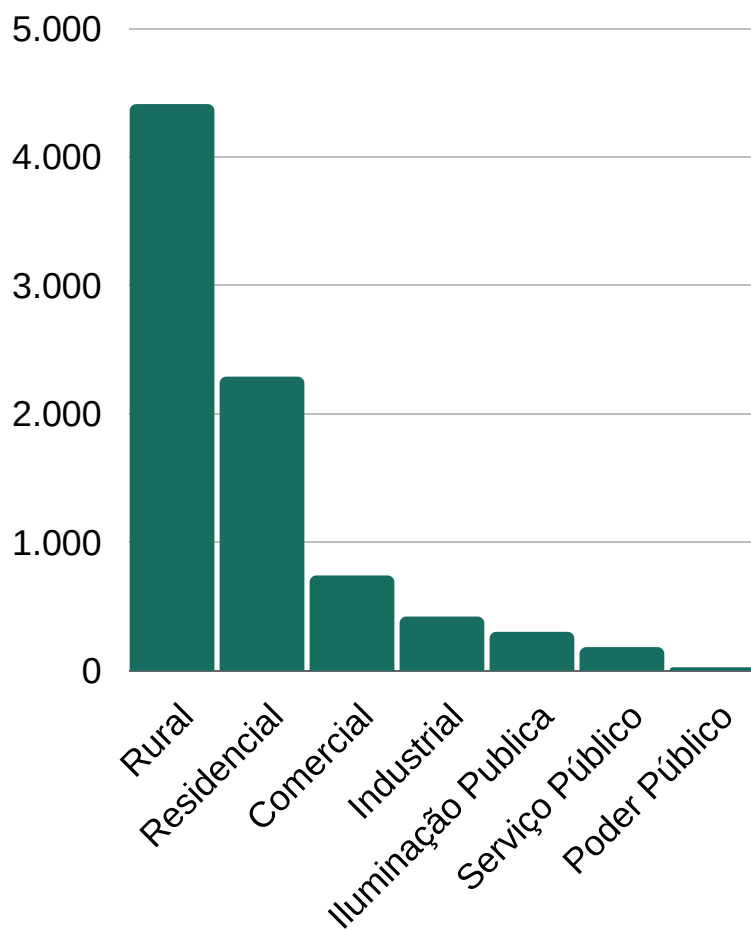
Rural foi a classe que mais consumiu, seguida da classe Residencial e Comercial. As demais classes representam menos de 1% sobre o total do consumo em MWh.

CONSUMO POR CLASSE - MWH

Mercado Atendido - MWH	2019	2018	2017	2016	2015
Energia Faturada	17.380	15.260	13.147	13.793	12.643
Residencial	3.703	2.963	2.978	3.849	3.728
Industrial	437	49,08	38	36	65
Comercial	1.134	1.051	1.061	1.041	976
Rural	10.937	10.042	8.084	7.882	6.905
Poder Público	35,41	43,72	53	53	54
Iluminação Pública	797	778	723	723	205
Serviço Público	320	324	202	201	703
Suprimento p/ agentes de distribuição	17	8	8	8	7
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres /Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	17.380	15.260	13.147	13.793	12.643
Variação	13,89%	16,07%	-4,68%	9,10%	

A RECEITA LÍQUIDA

(livre de ICMS) decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2019 importou em 8.544 Milhões,

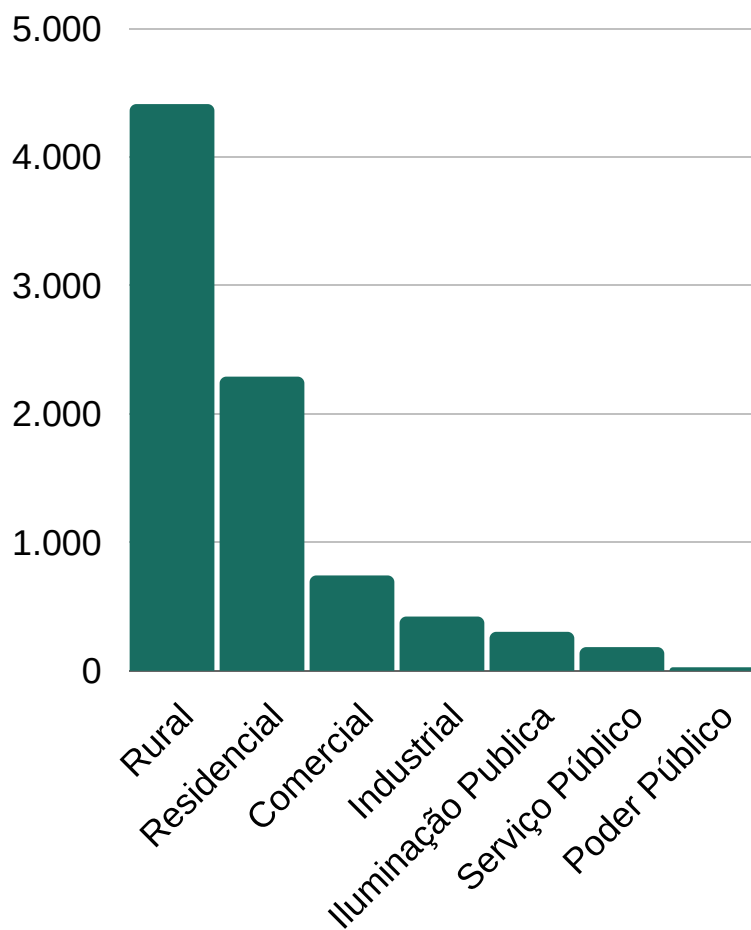


RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMO

Classe	2019	2018	%
Residencial	2.286	2.418	-5,46%
Industrial	418	154	171,43%
Comercial	738	773	-4,53%
Rural	4.408	4.360	1,10%
Poder Público	23	32	-28,13%
Iluminação Pública	299	327	-8,56%
Serviço Público	180	209	-13,88%
Total	8.352	8.273	0,95%

A RECEITA LÍQUIDA

(livre de ICMS) decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2019 importou em 8.544 Milhões,



RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMO

Classe	2019	2018	%
Residencial	2.286	2.418	-5,46%
Industrial	418	154	171,43%
Comercial	738	773	-4,53%
Rural	4.408	4.360	1,10%
Poder Público	23	32	-28,13%
Iluminação Pública	299	327	-8,56%
Serviço Público	180	209	-13,88%
Total	8.352	8.273	0,95%

TARIFA MÉDIA

de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019, atingiu 499MWh, com uma queda de 72% com relação a dezembro de 2018.

TARIFA MÉDIA

Classe	2019	2018	%
	R\$/MWH	R\$/MWH	
Residencial	527,6	615,5	-14,28%
Industrial	733,1	700,19	4,70%
Comercial	533,8	604,26	-11,66%
Rural	359,4	377,01	-4,67%
Poder Público	540,3	599,98	-9,95%
Iluminação Pública	448,8	513,76	-12,64%
Serviço Público	307,6	345,34	-10,93%
Consumo Próprio	546,8	627,11	-12,81%
Média	499,6	547,9	-72,24%

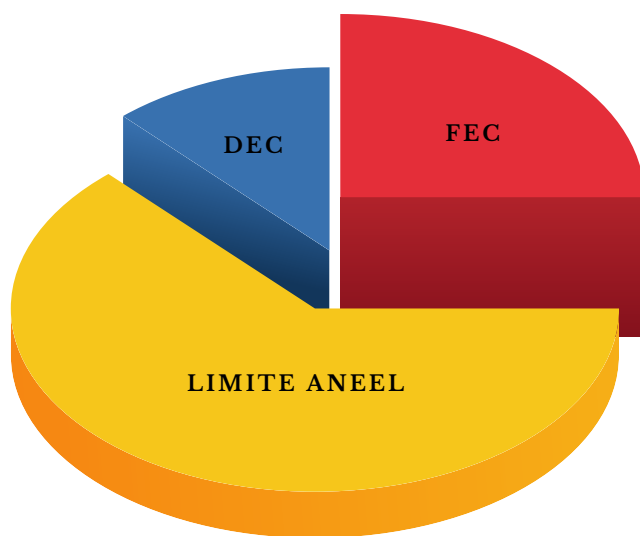
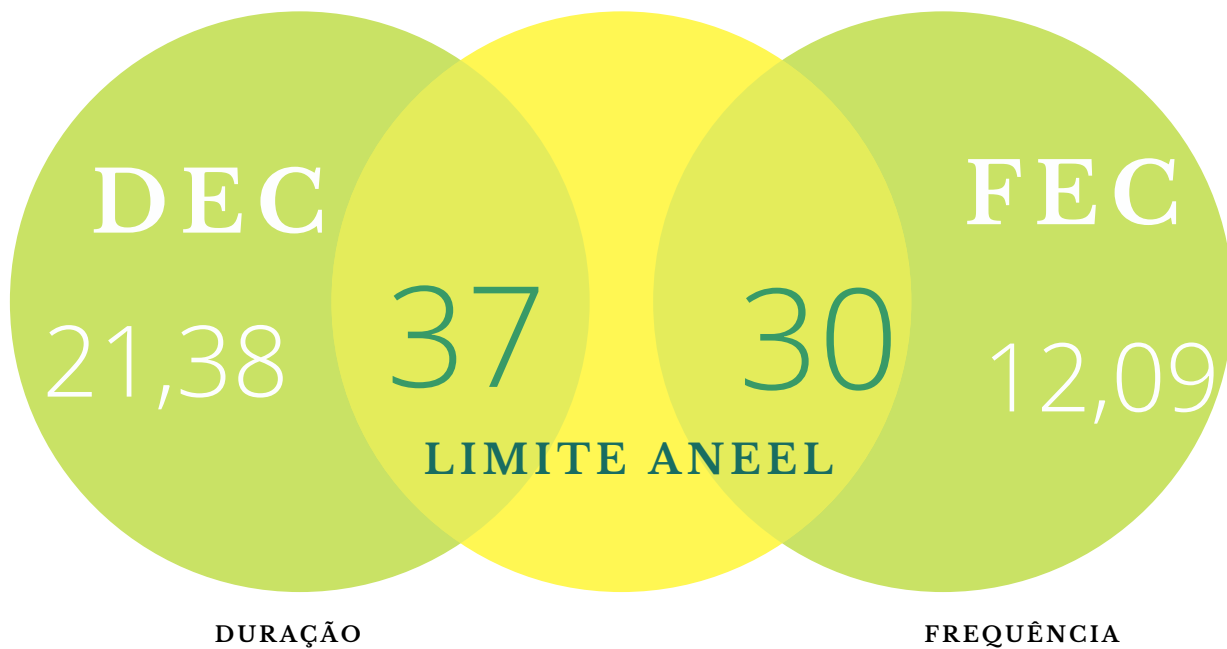
QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Dos indicadores apurados pela CERNHE, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto CERNHE e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES - DEC/FEC

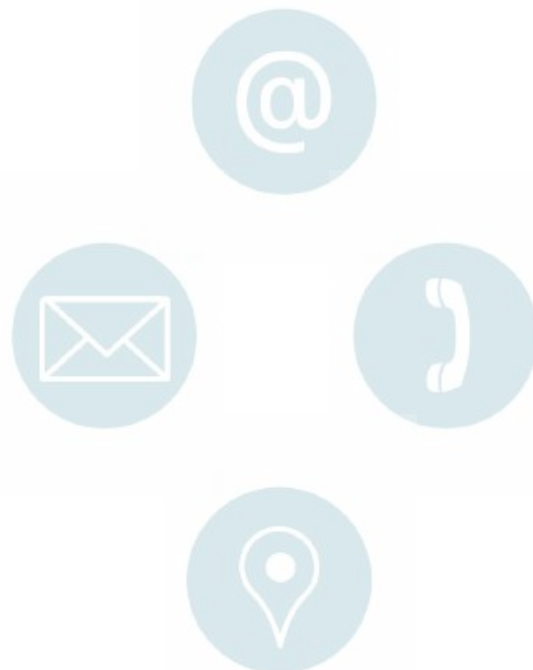
Ano	DEC	FEC
	(Horas)	(Interrup)
2015	27,14	23,03
2016	31,03	21,65
2017	35,28	16,18
2018	22,76	11,67
2019	21,38	12,09

INDICADORES X META



ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

A CERNHE coloca à disposição para o consumidor e associado, serviço de atendimento presencial, na sua sede. Os mesmos serviços estão disponíveis também pela nossa central de tele atendimento e estão disponíveis também através do site *www.cernhe.com.br* as informações de cadastro e consumo, bem como solicitação de serviços de segunda via.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



de soluções adequadas de tecnologia da informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz

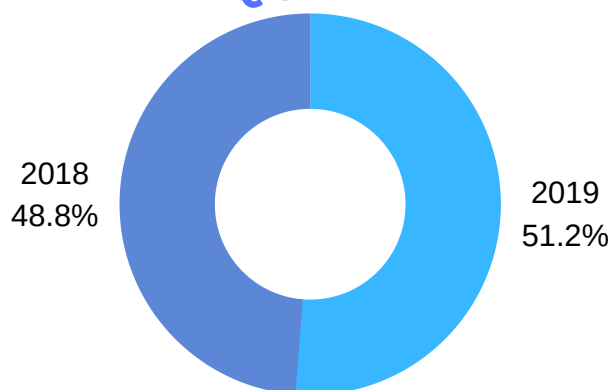
O desenvolvimento das áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

**SOBRAS
LÍQUIDAS DE**
2.595 milhões

CONTRA 2.384, UM AUMENTO DE 9%
comparado a 2018

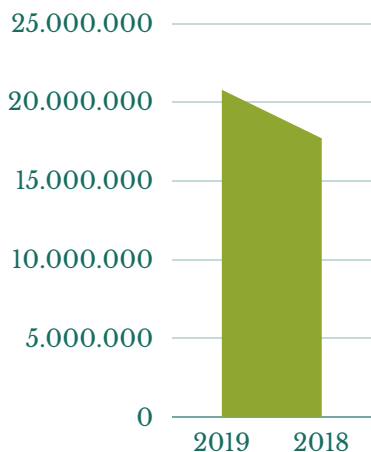
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA



atingiu R\$ 6.478 milhões,
enquanto em 2018 situou-se
em R\$ 6.166 milhões.

REDUÇÃO DE
21%

nas despesas operacionais que giraram em
torno de 3.707 milhões em 2019 contra
4.693 milhões em 2018



PL

FOI DE 20.792 MILHÕES

Registrando um aumento de
17,44% comparado a 2018

INVESTIMENTOS

Em 2019 na atividade de Distribuição em Máquinas e Equipamentos foram investidos um total de 1.922 Milhões, destacamos abaixo os principais:



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os investimentos de 2019 foram realizados todos com recursos próprios

REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS

As sobras apuradas no exercício de 2019 foram destinadas totalmente para a Reserva de Desenvolvimento para investimentos futuros.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da permissionária era de R\$2.050.203 milhões, composto por 2.050.203 milhões de quotas, com valor nominal R\$ 1,00

ATENDIMENTO A ACIONISTAS

Sempre a disposição para esclarecimentos e ajuda, a cernhe conta com um time e recursos tecnológicos para que ninguém fique sem atendimento.



ADMINISTRAÇÃO

A CERNHE contribui com o desenvolvimento regional rural, inovando e criando alternativas de manobra para evitar perturbações no sistema, bem como investindo forte nos empreendimentos, visando distribuir energia com qualidade tecnológica, mantendo a cordialidade e o espírito cooperativista em prol do bem-estar da sociedade.

RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL



Cem por cento dos rejeitos e sucatas do sistema são reciclados por empresas especializadas, nada fica ao meio ambiente. Parte destes materiais (cruzetas e postes) são reutilizados por produtores rurais em construções de baixo risco. Na limpeza do sistema, as podas e roçadas são mínimas, procurando sempre evitar o corte radical. Adoção de rede compacta onde o sistema oferece a possibilidade de contato com meio ambiente, evitando podas de grande porte. A CERNHE evita a todo custo a construção em áreas de APP e Reserva, exceto com autorização da CETESB.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apesar de não ter a filantropia como finalidade, a CERNHE procura ajudar as entidades sem fins lucrativos de cunho social que a buscam, promovendo doações pontuais e acreditando que tais ações reflitam e tenham impacto direta e indiretamente no bem estar do cooperado e seus familiares. Em 2019 as doações para as entidades foram na ordem de R\$ 19.566,28, fora os serviços prestados ao hospital pela engenharia na aprovação do projeto fotovoltaico.

Em 2019 ocorreu também, a 4ª edição da campanha de arrecadação de alimentos para doação a entidades carentes. Foram arrecadados em torno de 4,5 toneladas de alimentos não perecíveis e doados para 11 entidades carentes que demonstraram grande aceitação.

Conforme aprovado em assembleia no ano de 2017, ajuda para fomentar a criação de novas cooperativas, a CERNHE incentivou a formação da constituição do SERCOOP - Cooperativa dos Seringueiros de Novo Horizonte e Região, já devidamente registrada e em funcionamento. A CERNHE em 2019 contribuiu com R\$ 17.099,10 para pagamento de despesas do SERCOOP (custos administrativos, contábeis e material de escritório).

No ano de 2019 foi promovida a campanha Outubro Rosa e Novembro azul, cujo objetivo foi realizar exames de mamografia, PSA e demais exames necessários para identificação de possíveis anormalidades na saúde dos funcionários e suas esposas .

RECURSOS HUMANOS

A CERNHE em 2019 investiu em treinamentos, acrescentando novos conhecimentos a equipe, aprimorando procedimentos de trabalho e capacitando a novos sistemas.

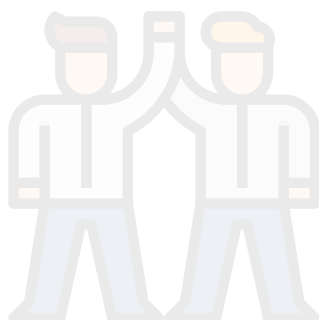
As instalações do centro de treinamento acompanham a evolução da CERNHE, trazendo agilidade e capacidade técnica aos treinados, neste sentido, o que antes levava até 05 anos, se faz em 02 anos. Os treinados aprendem no chão a montar a estrutura, depois com cinto em baixa altura e só depois passam a subir. Aprendem inicialmente no campo de testes e não no sistema. Isto trouxe ganho para a CERNHE, pois os funcionários saem prontos e confiantes diminuindo as falhas e acidentes, faltando a eles o amadurecimento que é feito com profissional experiente. Entre os treinamentos proporcionados estão treinamento para o COD-RT; operacionalização de guindauto; segurança para trabalho em altura; curso básico de eletricitas; treinamentos no departamento contábil e RH referente ECD, ECF, REINF e E-SOCIAL. Além dos treinamentos, na busca de facilitar e melhorar a performance foram feitas algumas normas técnicas, tais como: norma técnica para preenchimento de documentos; melhoria da análise de riscos de construção e manutenção; procedimentos para construção e roçada; procedimentos para troca de estruturas.

No mês de abril/2019 a CERNHE contratou empresa especializada na área de Segurança do Trabalho, profissional com vasta experiência no ramo de distribuição de energia elétrica, para análise e apontamento dos possíveis riscos em campo e alternativas para minimizá-los.

Total de gastos com treinamentos – R\$ 61.819,73

Em 2019 a CERNHE implantou o plano de saúde a toda equipe, processo este já desejado em 2013. Os custos são todos da empresa, exceto a coparticipação em consultas e exames dos funcionários.

Além do plano a empresa proporciona, vale alimentação, reembolso de remédios em casos de acidente de trabalho, PLR-participação nos lucros e resultados de valor fixo igual ao salário base. Total gasto em 2019 - R\$ 195.639,64.



PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2019	2018	%
Número de consumidores	4.240	4.103	3,34%
Número de empregados	60	43	39,53%
Número de consumidores por empregado	71	95	-25,26%
Número de postos de atendimento	1	1	0
Mercado			
Área de permissão (km ²)	937	937	0
Consumo residencial médio (KWh/ano)	276	247	11,74%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	499	548	-8,94%
Residencial	528	615	-14,15%
Comercial	534	604	-11,59%
Industrial	733	700	4,71%
Rural	359	412	-12,86%
DEC (horas)	21	35	-40,00%
População atendida – Urbana atendida (em milhares de habitantes)	0	0	0
População atendida – Rural (em milhares de habitantes)	4,2	3,9	7,69%
FEC (número de interrupções)	12	16	-25,00%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0.05	0.8	0
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (km)	936	920	1,74%
Financeiros			
Receita Operacional Bruta (R\$Mil)	8.658	8.128	6,52%
Receita Operacional Líquida (R\$Mil)	6.478	6.166	5,06%
Sobras líquidas (%)	3.096	3.009	2,89%
Patrimônio Líquido	20.792	17.704	17,44%
Valor Patrimonial do lote de mil cotas	20.792	17.704	17,44%

AGRADECIMENTOS

Foram muitos ajustes e acertos administrativos e operacionais que não cabe relacionar, para que a CERNHE alcançasse o bom momento em que vive. Parabéns a todos os envolvidos, com destaque para a equipe de colaboradores (todos), a Engenharia e aos Diretores que entendem a necessidade de investimentos e apoiam os processos. Podem confiar, 2020, será ainda melhor, com a graça de Deus. Assim, submete à apreciação de todos

JOSÉ ANTONIO REDÍGOLO
DIRETOR PRESIDENTE

BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.037.336	9.191.486
Contas a receber de consumidores e outros	6	1.639.795	1.129.560
Estoques		207.726	217.708
Impostos e contribuições a recuperar		206.310	187.535
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	7	96.488	73.096
Outros ativos circulantes	8	1.072.205	1.219.432
Despesas pagas antecipadamente		45.529	33.486
Total do ativo circulante		13.305.389	12.052.303
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições a recuperar		312.873	209.903
Ativo financeiro - concessão do serviço público	9	4.750.017	3.310.740
Investimentos	10	117.825	117.825
Intangível	11	4.831.961	4.334.708
Total do ativo não circulante		10.012.676	7.973.176
Total do ativo		23.318.065	20.025.479
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	12	541.900	500.321
Salários e encargos sociais		261.399	206.048
Impostos e contribuições a recolher		145.846	163.429
Provisão para férias e encargos		313.149	244.513
Capital a restituir		100.475	100.475
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	7	463.838	469.644
Taxas regulamentares		249.011	189.614
Outros passivos circulantes		25.613	22.355
Total do passivo circulante		2.101.231	1.896.399
Não circulante			
Capital a restituir		424.815	424.815
		424.815	424.815
Patrimônio líquido			
Capital social	14	2.050.203	2.058.252
Reserva de desenvolvimento		13.574.244	10.880.138
Reserva legal		1.669.733	1.360.153
Reserva estatutária		173.334	173.334
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES		729.834	847.863
Sobras à disposição da AGO		2.594.671	2.384.525
Total do patrimônio líquido		20.792.019	17.704.265
Total do passivo e patrimônio líquido		23.318.065	20.025.479

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	Nota	2019			2018		
		Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional líquido	15	4.657.230	1.820.863	6.478.093	4.731.847	1.434.019	6.165.866
Dispêndios do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica comprada para revenda	16	(6.189.655)	(951.920)	(7.141.575)	(4.292.295)	(618.322)	(4.910.617)
Custo de operação	17	(2.139.285)	(1.567.915)	(3.707.200)	(3.276.399)	(1.416.872)	(4.693.271)
Subvenções		7.771.477	1.195.569	8.967.046	5.735.939	826.284	6.562.223
		(557.463)	(1.324.266)	(1.881.729)	(1.832.755)	(1.208.910)	(3.041.665)
Sobra bruta		4.099.767	496.597	4.596.364	2.899.092	225.109	3.124.201
(Dispêndios) ingressos operacionais							
Dispêndios administrativos e gerais		(1.506.006)	(231.612)	(1.737.618)	(243.693)	(164.326)	(408.019)
Outros dispêndios operacionais líquidos		(129.675)	103.790	(25.885)	(11.571)	(21.148)	(32.719)
		(1.635.681)	(127.822)	(1.763.503)	(255.264)	(185.474)	(440.738)
Sobra operacional		2.464.086	368.775	2.832.861	2.643.828	39.635	2.683.463
Ingresso (dispêndio) financeiro							
Rendas de aplicações financeiras		417.615	61.645	479.260	448.958	61.601	510.559
Acréscimos moratórios de energia elétrica vendida		51.134	27.219	78.353	83.228	34.330	117.558
Dispêndios financeiros		(148.022)	(22.805)	(170.827)	(174.416)	(25.328)	(199.744)
		320.727	66.059	386.786	357.770	70.603	428.373
Sobra antes dos tributos		2.784.813	434.834	3.219.647	3.001.598	110.238	3.111.836
Contribuição social	18	-	(39.135)	(39.135)	-	(33.662)	(33.662)
Imposto de renda	18	-	(84.709)	(84.709)	-	(69.506)	(69.506)
Sobra líquida do exercício		2.784.813	310.990	3.095.803	3.001.598	7.070	3.008.668

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	2019	2018
Sobra líquida do exercício	3.095.803	3.008.668
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.095.803	3.008.668

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DMPL

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	Capital social	Reserva de desenvolvimento	Reserva legal	Reserva estatutária	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.058.284	9.026.431	1.059.286	173.334	825.454	1.552.840	14.695.629
Incorporação de sobras em reserva	-	1.552.840	-	-	-	(1.552.840)	-
Baixa de capital	(32)	-	-	-	-	-	(32)
Realização da RATES	-	-	-	-	(128.024)	128.024	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	3.008.668	3.008.668
Constituição de reservas	-	300.867	300.867	-	150.433	(752.167)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.058.252	10.880.138	1.360.153	173.334	847.863	2.384.525	17.704.265
Incorporação de sobras em reserva	-	2.384.525	-	-	-	(2.384.525)	-
Baixa de capital	(8.049)	-	-	-	-	-	(8.049)
Realização da RATES	-	-	-	-	(272.819)	272.819	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	3.095.803	3.095.803
Constituição de reservas	-	309.581	309.580	-	154.790	(773.951)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.050.203	13.574.244	1.669.733	173.334	729.834	2.594.671	20.792.019

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.095.803	3.008.668
Ajustes por:		
Amortização	570.641	451.088
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.104	(12.608)
Resultado na alienação de bens e direitos	87.254	176.548
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de consumidores e outros	(512.339)	621.271
Estoques	9.982	35.517
Impostos e contribuições a recuperar	(121.745)	(59.125)
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(23.392)	256.378
Outros ativos circulantes e não circulantes	135.184	(744.345)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	41.579	(1.091)
Salários e encargos sociais	55.351	14.465
Impostos e contribuições a recolher	(17.583)	(37.721)
Provisão para férias e encargos	68.636	21.583
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(5.806)	(218.655)
Taxas regulamentares	59.397	(37.037)
Outros passivos circulantes	3.258	4.102
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.448.324</u>	<u>3.479.038</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível e do ativo financeiro	(2.594.425)	(1.996.656)
Aumento em investimentos	-	(9.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.594.425)</u>	<u>(2.005.827)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Baixas de capital	(8.049)	(32)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(8.049)</u>	<u>(32)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>845.850</u>	<u>1.473.179</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.037.336	9.191.486
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.191.486	7.718.307
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>845.850</u>	<u>1.473.179</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS



1 Operações sociais

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE, que contava com 2.844 e 2.848 cooperados no final de 2019 e de 2018, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico através do fornecimento de energia elétrica, e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 30 de junho de 2008, a Administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de vinte anos, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica, nos municípios de Borborema, Catanduva, Irapuã, Itajobi, Novais, Novo Horizonte e Tabapuã, todos no Estado de São Paulo. Seus serviços prestados e tarifas cobradas são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização a permissionária (vide notas nºs 9 e 11).

Segundo o Contrato de Concessão, a Cooperativa passa por processos de revisão tarifária a cada quatro anos e por processo de reajuste tarifário anualmente (vide nota nº 9).

Em 2 de dezembro de 2015 foi assinado o terceiro aditivo ao contrato de concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado ou reembolsado para a Cooperativa.

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital – remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória) (vide nota nº 9).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), considerando as peculiaridades da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e as normas e instruções da ANEEL. Consideram, ainda, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no que foi julgado pertinente e relevante para a Cooperativa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 6 de março de 2020.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de apresentação da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Apuração do resultado (sobras ou perdas)

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas, custos e despesas de operações com terceiros, foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios. Os ingressos e receitas são reconhecidos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cooperativa e quando possa ser mensurável de forma confiável. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, que corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real que é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/ despesas financeiras. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; valores a receber da Parcela A e outros ativos financeiros; e ativo financeiro – concessão do serviço público.

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Cooperativa ~~desreconhece~~ um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cooperativa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado, com base

tanto: (a) no modelo de negócios da Cooperativa para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Cooperativa mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cooperativa pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio de resultados, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cooperativa altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem: fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; valores a devolver da Parcela A e outros passivos financeiros, taxas regulamentares.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

d Contas a receber de consumidores e outros

As contas a receber de consumidores e outros estão demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, esses por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. Tem base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera, também, uma análise dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se nas experiências da Cooperativa em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. A Administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

f Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e os materiais destinados a aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível e estão registrados ao custo médio de aquisição (custo médio ponderado), e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Refere-se aos valores a receber e a devolver de Parcela A devido a variação dos custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas revisões e/ou reajustes tarifários. Esses valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

h Ativo financeiro – concessão do serviço público

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e são deduzidos das obrigações especiais da união.

i Investimentos

Substancialmente representados por participação societária no sistema cooperativista, avaliada pelo custo de aquisição e ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

j Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura (bens), utilizada pela Cooperativa como parte do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, que dá o direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado. É avaliado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido da reintegração acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Administração da Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de concessão e da Orientação Técnica CTG 05 – Contratos de Concessão.

k Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

l Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo

g Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Refere-se aos valores a receber e a devolver de Parcela A devido a variação dos custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas revisões e/ou reajustes tarifários. Esses valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

h Ativo financeiro – concessão do serviço público

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e são deduzidos das obrigações especiais da união.

i Investimentos

Substancialmente representados por participação societária no sistema cooperativista, avaliada pelo custo de aquisição e ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

j Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura (bens), utilizada pela Cooperativa como parte do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, que dá o direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado. É avaliado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido da reintegração acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Administração da Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de concessão e da Orientação Técnica CTG 05 – Contratos de Concessão.

k Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

l Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo

e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados com base no lucro real apurado, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

n Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

o Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4 Taxas regulamentares**a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA – PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à permissionária é recolhido em duodécimo.

c Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	406.842	262.589
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
CDB	9.630.494	8.928.897
	<u>9.630.494</u>	<u>8.928.897</u>
	<u>10.037.336</u>	<u>9.191.486</u>

A Cooperativa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos seus valores de custo acrescidos por rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições oficiais que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, considerando a época, o tipo, valor e prazo, tendo como característica alta liquidez e baixo risco de perda, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

6 Contas a receber de consumidores e outros

a Composição do saldo

	2019	2018
Setor privado		
Residencial	467.957	331.789
Industrial	40.312	23.604
Comercial	150.420	111.940
Rural	789.810	463.021
	<u>1.448.499</u>	<u>930.354</u>
Poder público	3.066	3.036
Iluminação pública	35.498	24.149
Serviço público	25.021	18.510
Participação financeira	48.091	122.509
Outros valores a receber	97.798	47.076
	<u>209.474</u>	<u>215.280</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18.178)</u>	<u>(16.074)</u>
	<u>1.639.795</u>	<u>1.129.560</u>



b Contas a receber por vencimento

Descrição	2019				2018			
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Setor privado								
Residencial	393.528	65.260	9.169	467.957	282.223	39.396	10.170	331.789
Industrial	40.219	-	93	40.312	19.153	4.358	93	23.604
Comercial	118.177	30.853	1.390	150.420	87.659	22.852	1.429	111.940
Rural	657.256	123.321	9.233	789.810	402.482	54.605	5.934	463.021
	<u>1.209.180</u>	<u>219.434</u>	<u>19.885</u>	<u>1.448.499</u>	<u>791.517</u>	<u>121.211</u>	<u>17.626</u>	<u>930.354</u>
Poder público	3.066	-	-	3.066	3.036	-	-	3.036
Iluminação pública	35.498	-	-	35.498	24.149	-	-	24.149
Serviço público	25.021	-	-	25.021	18.510	-	-	18.510
Participação financeira	48.091	-	-	48.091	122.509	-	-	122.509
Outros valores a receber	68.410	12.779	16.609	97.798	47.076	-	-	47.076
	<u>180.086</u>	<u>12.779</u>	<u>16.609</u>	<u>209.474</u>	<u>215.280</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>215.280</u>
	<u>1.389.266</u>	<u>232.213</u>	<u>36.494</u>	<u>1.657.973</u>	<u>1.006.797</u>	<u>121.211</u>	<u>17.626</u>	<u>1.145.634</u>

c Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo inicial	<u>(16.074)</u>	<u>(28.682)</u>
Complemento de provisão	(2.104)	-
Reversão de provisão	-	12.608
Saldo final	<u>(18.178)</u>	<u>(16.074)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL, e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7 Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Tratam-se de ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo desse período. Essa diferença constitui em um direito a receber sempre que os custos homologados incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou quando as obrigações dos custos homologados incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão na existência de saldos que não tenham sido recuperados, sendo esses incluídos na base de indenização prevista e estão compostos da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	-	1.354
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (ii)	-	7.766
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-	2.942
Ajuste financeiro revisão tarifária	-	-
CUSD PIS e COFINS	96.488	61.034
	<u>96.488</u>	<u>73.096</u>
Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	274.450	436.543
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (ii)	49.861	12.242
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	12.754	3.200
Bandeiras tarifárias a recolher	126.652	6.482
Compensação DIC/FIC IRT	121	116
Reversão P&D	-	11.061
	<u>463.838</u>	<u>469.644</u>

- (i) Criada pela Lei nº 10.438/02, com redação alterada pelas Leis nº 12.783/13, e nº 12.839/13, a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, tem como finalidade: promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada aos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termos solar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados; prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à

prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.

- (ii) Instituído pela Lei nº 10.438/02, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétricas – Proinfa tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que pagam pela utilização das redes de distribuição, calculadas com base na previsão de geração de energia das usinas integrantes do PROINFA e nos referentes custos apresentados no Plano Anual específico elaborado pela ELETROBRÁS. São excluídos deste rateio os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

8 Outros ativos circulantes

	2019	2018
Subsídio CDE - Água e esgoto e saneamento	3.582	3.096
Subsídio CDE - Rural e rural irrigante (i)	201.358	654.852
Subvenção baixa densidade de carga (ii)	632.843	536.178
Outros valores a receber	333.548	124.772
	<u>1.171.331</u>	<u>1.318.898</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(99.126)	(99.466)
	<u>1.072.205</u>	<u>1.219.432</u>

- (i) Refere-se a subvenção a receber com base no faturamento de energia para consumidores rurais e rurais irrigantes, que possuem descontos em suas tarifas.
- (ii) Conforme Resolução Homologatória nº 2.542/2019, determinou o recebimento mensal de R\$ 632.843, relativos a baixa densidade de carga, calculado em relação a principal supridora.

9 Ativo financeiro – concessão do serviço público

O Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, de 30 de junho de 2008, regulamenta a exploração, a título precário, de serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de permissão definida contratualmente.

O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados, os padrões de desempenho para a prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações são realizados investimentos constantes durante todo o prazo do

contrato de concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente, mediante pagamento de indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmulas paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados, ou depreciados até o final da concessão, apurados com base no valor de reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e b) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o valor de reposição ("VNR"), classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores (nota nº 11). A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que esta originalmente representada pelo ativo intangível da Cooperativa é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de depreciação, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

A parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

As concessões de distribuição não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato tem prazo de vigência de 20 anos e preveem a possibilidade de prorrogação da vigência, mediante requerimento da permissionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às permissionárias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os saldos referentes aos ativos indenizáveis (concessão) estão assim apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo financeiro – concessão do serviço público	5.187.113	3.609.072
Obrigações especiais vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica	<u>(437.096)</u>	<u>(298.332)</u>
Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – FECOERESP	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>
Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus	<u>116.825</u>	<u>116.825</u>
	<u>117.825</u>	<u>117.825</u>

11 Intangível

a Composição do saldo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em serviço	14.399.343	11.967.793
Em curso	1.197.775	1.110.952
Transferência para ativo financeiro – concessão do serviço público	<u>(5.187.113)</u>	<u>(3.609.072)</u>
	<u>10.410.005</u>	<u>9.469.673</u>
(-) Amortização acumulada	<u>(4.761.066)</u>	<u>(4.347.313)</u>
	<u>5.648.939</u>	<u>5.122.360</u>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	<u>(816.978)</u>	<u>(787.652)</u>
	<u>4.831.961</u>	<u>4.334.708</u>

b Movimentação do intangível

	Saldo em 1º/1/2018	Adições	Baixas/ amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas/ amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Em serviço	9.994.616	19.838	(105.140)	2.058.479	11.967.793	27.789	(211.147)	2.614.908	14.399.343
Em curso	1.129.894	2.197.634	(158.097)	(2.058.479)	1.110.952	2.730.409	(32.995)	(2.610.591)	1.197.775
Transferência para ativo financeiro concessão do serviço público	<u>(2.725.111)</u>	-	-	<u>(883.961)</u>	<u>(3.609.072)</u>	-	-	<u>(1.578.041)</u>	<u>(5.187.113)</u>
	<u>8.399.399</u>	<u>2.217.472</u>	<u>(263.237)</u>	<u>(883.961)</u>	<u>9.469.673</u>	<u>2.758.198</u>	<u>(244.142)</u>	<u>(1.573.724)</u>	<u>10.410.005</u>
	<u>(3.982.914)</u>	<u>(451.088)</u>	<u>86.689</u>	<u>-</u>	<u>(4.347.313)</u>	<u>156.888</u>	<u>(570.641)</u>	<u>-</u>	<u>(4.761.066)</u>
(-) Amortização acumulada	<u>(689.655)</u>	-	-	<u>(97.997)</u>	<u>(787.652)</u>	-	-	<u>(29.326)</u>	<u>(816.978)</u>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	<u>3.726.830</u>	<u>1.766.384</u>	<u>(176.548)</u>	<u>(981.958)</u>	<u>4.334.708</u>	<u>2.915.086</u>	<u>(814.783)</u>	<u>(1.603.050)</u>	<u>4.831.961</u>

O ativo intangível é constituído pela parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, compostos pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, e deduzidos de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e amortização acumulada.

A Administração da Cooperativa entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – concessão do serviço público (nota nº 9).

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União e dos consumidores, destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura.

Ao final da concessão, o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Participação da União Federal (ii)	132.084	132.084
Participação financeira do consumidor	684.894	655.568
	<u>816.978</u>	<u>787.652</u>

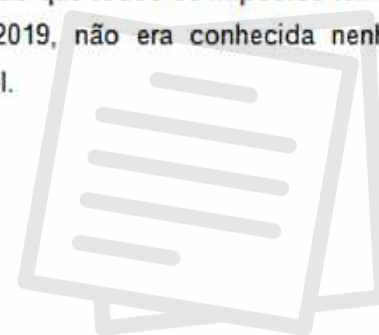
(ii) Programa Luz para Todos: o Decreto Presidencial nº 4.873/03, alterado pelo Decreto nº 6.442/09, institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz Para Todos”, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.

12 Fornecedores e supridores de energia elétrica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Supridores de energia elétrica	538.322	498.991
Materiais e serviços	3.578	1.330
	<u>541.900</u>	<u>500.321</u>

13 Passivos contingentes

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.



14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações legais e estatutárias das sobras

Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa, são apropriados:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para Reserva de Desenvolvimento, destinada a investimentos necessários ao atendimento das atividades da Cooperativa; e
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra líquida do exercício	3.095.803	3.008.668
Realização da RATES	272.819	128.024
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Desenvolvimento	(309.581)	(300.867)
Legal	(309.580)	(300.867)
RATES	(154.790)	(150.433)
Sobras à disposição da AGO	<u>2.594.671</u>	<u>2.384.525</u>

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembleia Geral.

1 Ingresso operacional líquido

a Composição de saldo

	2019			2018		
	Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional bruto						
Fornecimento de energia	6.195.923	2.348.606	8.544.529	6.139.954	1.849.520	7.989.474
Varição da Neutralidade da Parcela A (i)	96.765	17.153	113.918	119.450	18.712	138.162
	<u>6.292.688</u>	<u>2.365.759</u>	<u>8.658.447</u>	<u>6.259.404</u>	<u>1.868.232</u>	<u>8.127.636</u>
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes sobre energia elétrica	(785.701)	(407.701)	(1.193.402)	(749.031)	(322.063)	(1.071.094)
Encargos setoriais	(217.609)	(33.466)	(251.075)	(428.533)	(61.732)	(490.265)
Adicional de bandeira vermelha	(632.148)	(103.729)	(735.877)	(349.993)	(50.418)	(400.411)
	<u>(1.635.458)</u>	<u>(544.896)</u>	<u>(2.180.354)</u>	<u>(1.527.557)</u>	<u>(434.213)</u>	<u>(1.961.770)</u>
Ingresso operacional líquido	<u>4.657.230</u>	<u>1.820.863</u>	<u>6.478.093</u>	<u>4.731.847</u>	<u>1.434.019</u>	<u>6.165.866</u>

- (i) O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Cooperativa em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados Parcela A, e os efetivamente contemplados na tarifa a cada reajuste/ revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Cooperativa.

Conforme a Comunicado Técnico CTG 08, tornou-se obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, assinado no exercício de 2015 (vide nota nº 1), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a pagar ou receber. Ainda, o comunicado técnico demonstra que a assinatura do aditivo dos contratos de concessão é um fato novo e não uma mudança de prática contábil, portanto todos os efeitos das apurações da Parcela A foram registrados no resultado do exercício.

b Fornecimento de energia elétrica

Consumidores	Número de consumidores (j)		MWh (i)		2019			2018		
	2019	2018	2019	2018	Cooperados	Não cooperado	Total	Cooperados	Não cooperado	Total
Residencial	2.790	2.674	3.703	3.371	1.432.549	853.001	2.285.550	1.642.366	776.057	2.418.423
Industrial	8	7	474	182	271.054	147.309	418.363	79.889	74.002	153.891
Comercial	145	136	1.134	1.051	481.079	257.085	738.164	536.344	236.933	773.277
Rural	1.320	1.263	11.032	10.681	3.557.176	850.359	4.407.535	3.757.190	603.148	4.360.338
Poder público	7	6	35	43	22.760	571	23.331	31.068	920	31.988
Iluminação pública	2	2	797	777	127.594	171.384	298.978	149.306	178.329	327.635
Serviço público	14	13	319	324	175.713	4.631	180.344	202.137	7.264	209.401
Consumo próprio	2	2	17	17	-	11.613	11.613	-	13.637	13.637
Receita não faturada	-	-	-	-	127.998	52.653	180.651	(258.346)	(40.770)	(299.116)
	4.288	4.103	17.511	16.446	6.195.923	2.348.606	8.544.529	6.139.954	1.849.520	7.989.474

(i) Informações não examinadas por auditores independentes.

c Impostos incidentes sobre energia elétrica

	2019			2018		
	Cooperados	Não cooperado	Total	Cooperados	Não cooperado	Total
ICMS	(785.576)	(317.534)	(1.103.110)	(748.912)	(248.569)	(997.481)
PIS	-	(16.057)	(16.057)	-	(13.058)	(13.058)
COFINS	-	(74.110)	(74.110)	-	(60.359)	(60.359)
ISS	(125)	-	(125)	(119)	(77)	(196)
	(785.701)	(407.701)	(1.193.402)	(749.031)	(322.063)	(1.071.094)

d Encargos setoriais

	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(735.877)	(453.633)
Outros encargos	-	(36.632)
	(735.877)	(490.265)

16 Custo com energia elétrica comprada para revenda

	R\$		KWh (i)	
	2019	2018	2019	2018
Energia elétrica comprada	(7.003.004)	(4.800.256)	19.386.745	18.233.411
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	(138.571)	(110.361)	-	-
	(7.141.575)	(4.910.617)	19.386.745	18.233.411

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

d Encargos setoriais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(735.877)	(453.633)
Outros encargos	-	(36.632)
	<u>(735.877)</u>	<u>(490.265)</u>

16 Custo com energia elétrica comprada para revenda

	<u>R\$</u>		<u>KWh (i)</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Energia elétrica comprada	(7.003.004)	(4.800.256)	19.386.745	18.233.411
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	(138.571)	(110.361)	-	-
	<u>(7.141.575)</u>	<u>(4.910.617)</u>	<u>19.386.745</u>	<u>18.233.411</u>

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

17 Custo de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	(2.031.757)	(2.815.142)
Material	(555.690)	(576.400)
Serviços de terceiros	(463.770)	(803.946)
Depreciação e amortização	(481.149)	(408.457)
Seguros	(48.029)	(41.223)
Tributos	(28.062)	(33.288)
Outros	(146.770)	(43.087)
Recuperação de despesas	48.027	28.272
	<u>(3.707.200)</u>	<u>(4.693.271)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Sobras antes dos tributos	<u>3.219.647</u>	<u>3.111.836</u>
Exclusão:		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	<u>(2.784.813)</u>	<u>(2.737.810)</u>
Base de cálculo	<u>434.834</u>	<u>374.026</u>
Imposto de renda		
Imposto de renda – 15%	(65.225)	(56.104)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(19.484)	(13.402)
	<u>(84.709)</u>	<u>(69.506)</u>
Contribuição social – 9%	<u>(39.135)</u>	<u>(33.662)</u>

19 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore. A energia elétrica fornecida é baseada nas tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	52.562	45.578
Conselho de Administração	Remuneração	399.977	401.645
Conselho de Administração	Capital social	16.809	20.075
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	7.487	11.606
Conselho Fiscal	Remuneração	23.333	21.224
Conselho Fiscal	Capital social	5.006	3.869

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros.

a Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	<u>Classificação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	406.842	262.589
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	9.630.494	8.928.897
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	1.639.795	1.129.560
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(i)	96.488	73.096
Ativo financeiro – concessão do serviço público		<u>4.750.017</u>	<u>3.310.740</u>
		<u>16.523.636</u>	<u>13.704.882</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	541.900	500.321
Capital a restituir	(i)	525.290	525.290
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(i)	463.838	469.644
Taxas regulamentares	(i)	249.011	189.614
		<u>1.780.039</u>	<u>1.684.869</u>

	2019	2018
Sobras antes dos tributos	<u>3.219.647</u>	<u>3.111.836</u>
Exclusão:		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	<u>(2.784.813)</u>	<u>(2.737.810)</u>
Base de cálculo	<u>434.834</u>	<u>374.026</u>
Imposto de renda		
Imposto de renda – 15%	(65.225)	(56.104)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(19.484)	(13.402)
	<u>(84.709)</u>	<u>(69.506)</u>
Contribuição social – 9%	<u>(39.135)</u>	<u>(33.662)</u>

19 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore. A energia elétrica fornecida é baseada nas tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	52.562	45.578
Conselho de Administração	Remuneração	399.977	401.645
Conselho de Administração	Capital social	16.809	20.075
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	7.487	11.606
Conselho Fiscal	Remuneração	23.333	21.224
Conselho Fiscal	Capital social	5.006	3.869

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros.

a Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	<u>Classificação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	406.842	262.589
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	9.630.494	8.928.897
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	1.639.795	1.129.560
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(i)	96.488	73.096
Ativo financeiro – concessão do serviço público		4.750.017	3.310.740
		<u>16.523.636</u>	<u>13.704.882</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	541.900	500.321
Capital a restituir	(i)	525.290	525.290
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(i)	463.838	469.644
Taxas regulamentares	(i)	249.011	189.614
		<u>1.780.039</u>	<u>1.684.869</u>

Classificação:

- (i) Custo amortizado.

A Cooperativa aplica os procedimentos contábeis emitidos pelo CFC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer divulgação pelo nível de hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Cooperativa mantém ativo financeiro – concessão de serviço público e os valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros classificados no nível 3.

b Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

c Risco de crédito

Parte substancial do fornecimento de energia elétrica é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes. Os riscos de crédito de equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Cooperativa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que auxiliam na liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

d Risco de gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credore mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Cooperativa administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalentes de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido).

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Cooperativa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Total do passivo	2.526.046	2.414.131
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.037.336)</u>	<u>(9.191.486)</u>
Sobra de caixa em relação a dívida (A)	<u>(7.511.290)</u>	<u>(6.777.355)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	20.792.019	17.704.265
Índice da sobra de caixa em relação a dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/(B)	(0,36)	(0,38)

e Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

21 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE
CNPJ 53.176.038/0001-86 - I.E. 483.003.274.114
PABX:- (17) 3542-1208 – Plantão 0800-7741401
e-mail: cernhe@cernhe.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, em cumprimento ao que determina o artigo 47, letra I, do Estatuto Social, examinamos Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Societária representam a posição financeira e a patrimonial da cooperativa em 31 de dezembro de 2019; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Novo Horizonte, 25 de março de 2020.

Nome Completo

Conselheiro Fiscal Efetivo - ALCIDES RODRIGUES ZANA

Assinatura

Conselheiro Fiscal Efetivo - CLÁUDIO JOÃO TROLEZI

Conselheiro Fiscal Efetivo - DIRCEU JOÃO BORALI

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS



Moore Prisma Auditores e
Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorep@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE
Novo Horizonte SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE* ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE* em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do



Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de



que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 6 de março de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

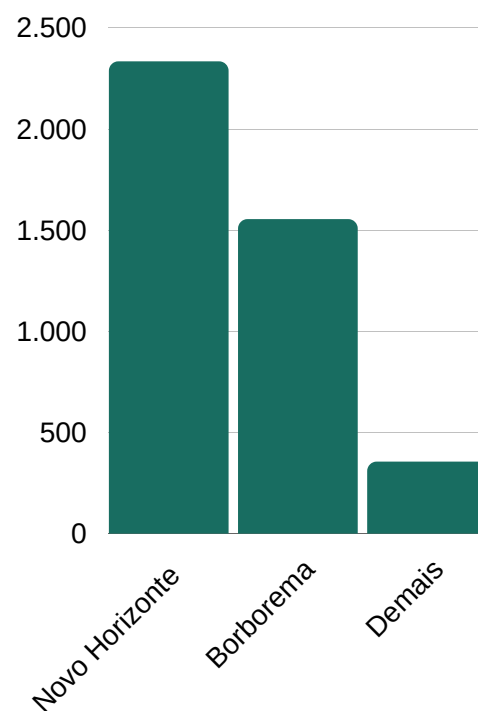
Octávio Bution Neto
CRC 1SP243568/O-1

D.C.S

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A CERNHE distribui energia elétrica em 07 municípios do Estado (Novo Horizonte, Borborema, Itajobi, Catanduva, Novais, Tabapuã e Irapuã), atendendo a 4.240 mil consumidores distribuídos em 937km de rede de Alta e Baixa Tensão



3,34%

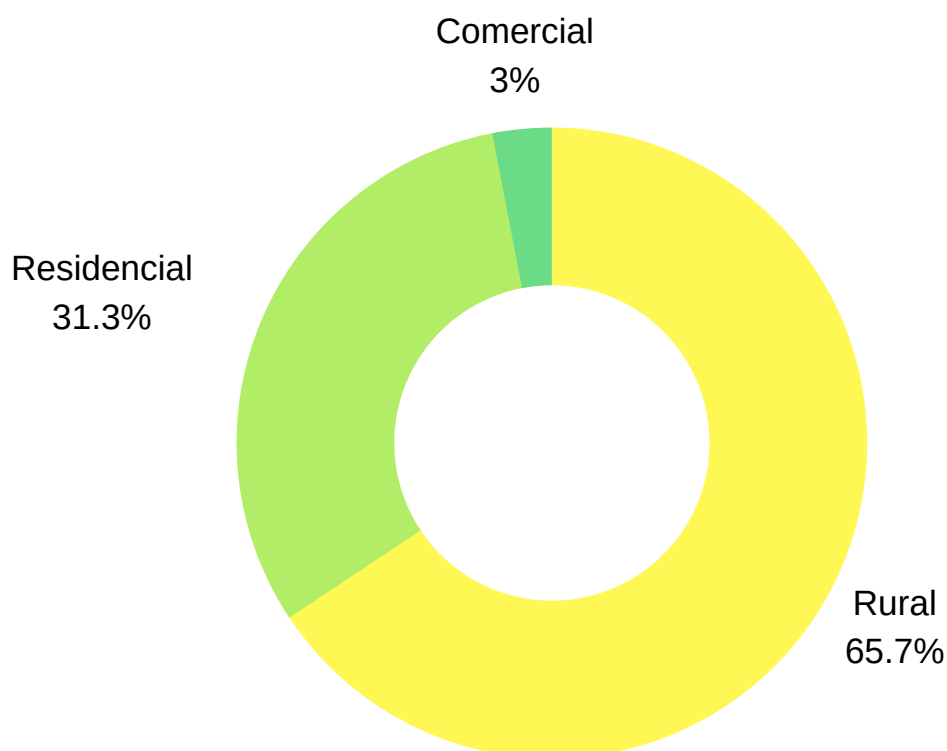
LIGAÇÕES NOVAS A MAIS COMPARADAS A 2018

Ligação de Consumidores - Foram realizadas, no ano de 2019, 137 novas ligações, com destaque 89 residenciais, 40 rurais, 6 comerciais, 1 industrial, totalizando 4.240 consumidores atendidos

LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES

Consumidores	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	2.763	2.674	2.576	2.492	2.389
Industrial	8	7	7	6	6
Comercial	142	136	128	128	126
Rural	1.303	1.263	1.220	1.204	1.188
Poder Público	7	6	6	6	6
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	13	13	10	9	9
Consumo Próprio	2	2	2	2	2
Total	4.240	4.103	3.951	3.849	3.728
Variação	3.34%	3.85%	2.65%	3.25%	3.27%

CONSUMO POR CLASSE



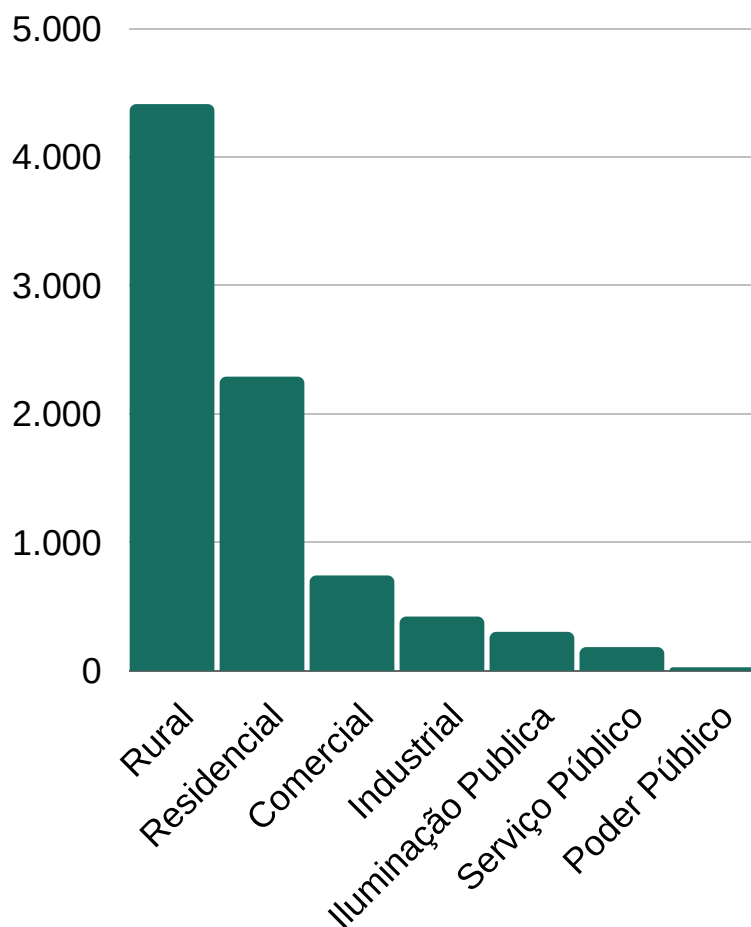
Rural foi a classe que mais consumiu, seguida da classe Residencial e Comercial. As demais classes representam menos de 1% sobre o total do consumo em MWh.

CONSUMO POR CLASSE - MWH

Mercado Atendido - MWH	2019	2018	2017	2016	2015
Energia Faturada	17.380	15.260	13.147	13.793	12.643
Residencial	3.703	2.963	2.978	3.849	3.728
Industrial	437	49,08	38	36	65
Comercial	1.134	1.051	1.061	1.041	976
Rural	10.937	10.042	8.084	7.882	6.905
Poder Público	35,41	43,72	53	53	54
Iluminação Pública	797	778	723	723	205
Serviço Público	320	324	202	201	703
Suprimento p/ agentes de distribuição	17	8	8	8	7
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres /Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	17.380	15.260	13.147	13.793	12.643
Variação	13,89%	16,07%	-4,68%	9,10%	

A RECEITA LÍQUIDA

(livre de ICMS) decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício de 2019 importou em 8.544 Milhões,



RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMO

Classe	2019	2018	%
Residencial	2.286	2.418	-5,46%
Industrial	418	154	171,43%
Comercial	738	773	-4,53%
Rural	4.408	4.360	1,10%
Poder Público	23	32	-28,13%
Iluminação Pública	299	327	-8,56%
Serviço Público	180	209	-13,88%
Total	8.352	8.273	0,95%

TARIFA MÉDIA

de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019, atingiu 499MWh, com uma queda de 72% com relação a dezembro de 2018.

TARIFA MÉDIA

Classe	2019	2018	%
	R\$/MWH	R\$/MWH	
Residencial	527,6	615,5	-14,28%
Industrial	733,1	700,19	4,70%
Comercial	533,8	604,26	-11,66%
Rural	359,4	377,01	-4,67%
Poder Público	540,3	599,98	-9,95%
Iluminação Pública	448,8	513,76	-12,64%
Serviço Público	307,6	345,34	-10,93%
Consumo Próprio	546,8	627,11	-12,81%
Média	499,6	547,9	-72,24%

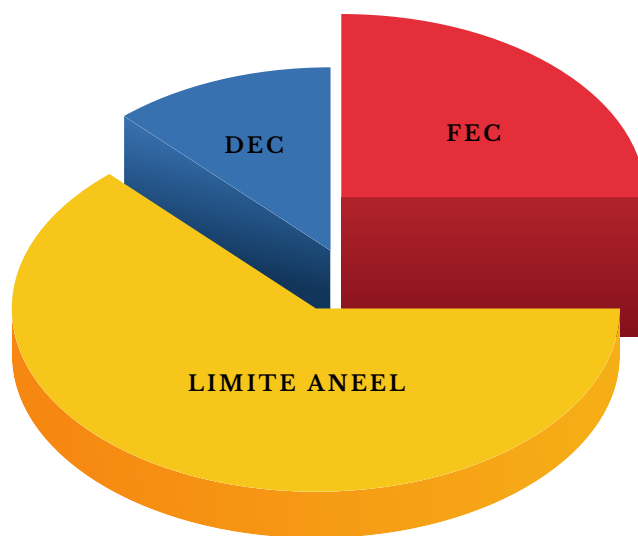
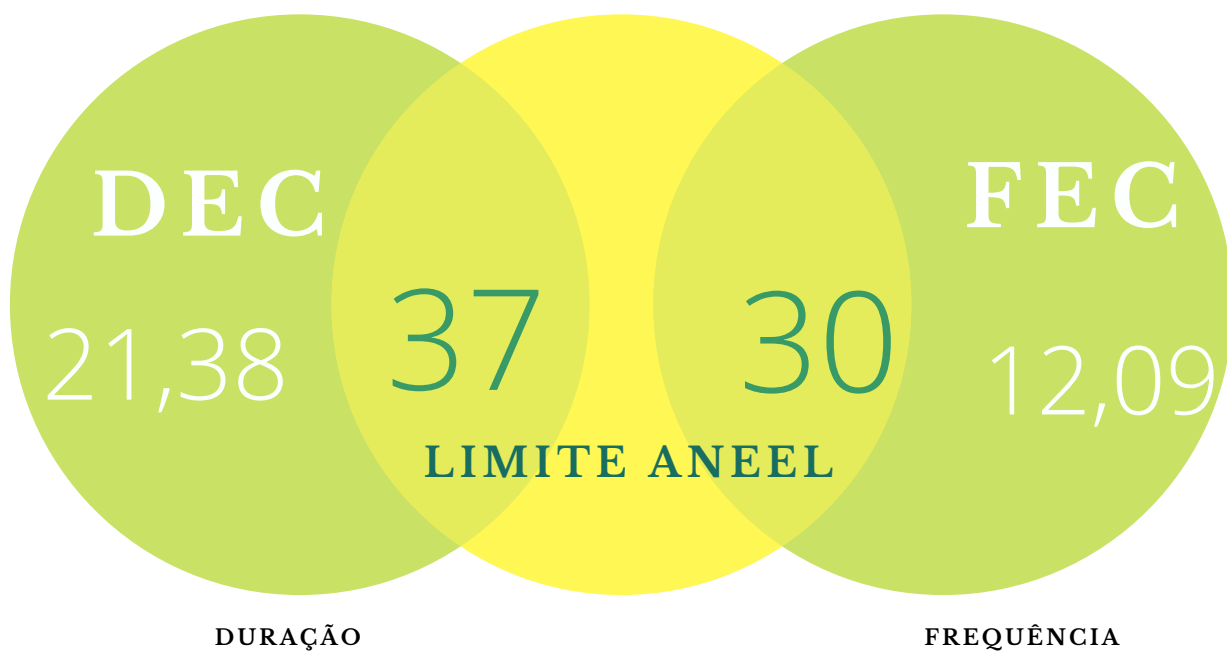
QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Dos indicadores apurados pela CERNHE, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto CERNHE e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES - DEC/FEC

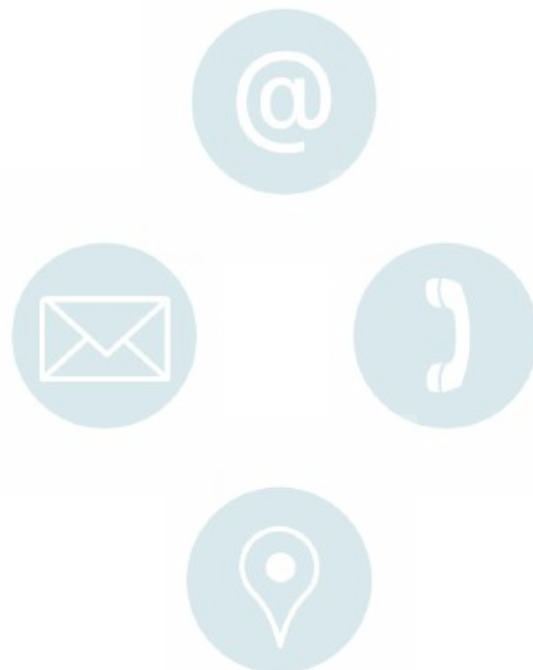
Ano	DEC	FEC
	(Horas)	(Interrup)
2015	27,14	23,03
2016	31,03	21,65
2017	35,28	16,18
2018	22,76	11,67
2019	21,38	12,09

INDICADORES X META



ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

A CERNHE coloca à disposição do consumidor e associado, serviço de atendimento presencial, na sua sede. Os mesmos serviços estão disponíveis também pela nossa central de tele atendimento e estão disponíveis também através do site www.cernhe.com.br as informações de cadastro e consumo, bem como solicitação de serviços de segunda via.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



de soluções adequadas de tecnologia da informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

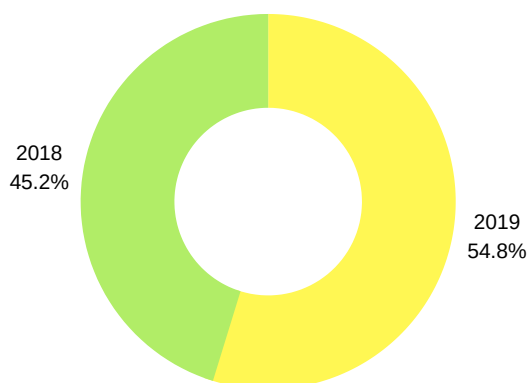
SOBRAS LÍQUIDAS COM

9%

DE AUMENTO COMPARADO A 2018

Total de R\$2.596 milhões, contra
R\$ 2.385 milhões em 2018

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

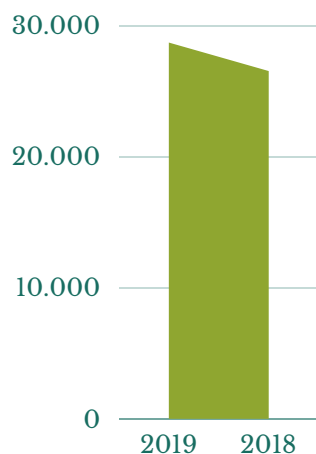


atingiu R\$ 15.431 milhões,
enquanto em 2018 situou-se
em R\$ 12.747 milhões.

3.218

 milhões

FORAM AS DESPESAS OPERACIONAIS
contra 3.128 em 2018



PL

FOI DE 28.710 MILHÕES

Registrando um aumento de 8%
comparado a 2018

INVESTIMENTOS

Em 2019, os investimentos no imobilizado em serviço da permissionária importaram em R\$ 1.922 milhões dos quais 1.940 mil em máquinas e equipamentos.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais		
	2017	2018	2019
AIS BRUTO	1.317,65	1.940,42	1.922,08
Transformador de distribuição	379,10	347,90	284,35
Medidor	110,43	124,26	185,01
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	50,16	60,05	216,34
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	695,17	1.404,60	1.236,37
Redes Alta Tensão (69 kV)	82,77	0,00	0,00
Demais máquinas e equipamentos	0,00	3,60	0,00
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(112,72)	(207,57)	(202,00)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(112,72)	(207,57)	(202,00)

REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



As sobras apuradas no exercício de 2019 foram destinadas na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício. Além disso, no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES e conforme Estatuto Social é destinado também 10% para Reserva de Desenvolvimento. totalmente para a Reserva de Desenvolvimento para investimentos futuros.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da permissionária era de R\$2.050.203 milhões, composto por 2.050.203 milhões de quotas, com valor nominal R\$ 1,00

ATENDIMENTO A ACIONISTAS




Sempre a disposição para esclarecimentos e ajuda, a cernhe conta com um time e recursos tecnológicos para que ninguém fique sem atendimento.



ADMINISTRAÇÃO

A CERNHE contribui com o desenvolvimento regional rural, inovando e criando alternativas de manobra para evitar perturbações no sistema, bem como investindo forte nos empreendimentos, visando distribuir energia com qualidade tecnológica, mantendo a cordialidade e o espírito cooperativista em prol do bem-estar da sociedade.

RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL



Cem por cento dos rejeitos e sucatas do sistema são reciclados por empresas especializadas, nada fica ao meio ambiente. Parte destes materiais (cruzetas e postes) são reutilizados por produtores rurais em construções de baixo risco. Na limpeza do sistema, as podas e roçadas são mínimas, procurando sempre evitar o corte radical. Adoção de rede compacta onde o sistema oferece a possibilidade de contato com meio ambiente, evitando podas de grande porte. A CERNHE evita a todo custo a construção em áreas de APP e Reserva, exceto com autorização da CETESB.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Apesar de não ter a filantropia como finalidade, a CERNHE procura ajudar as entidades sem fins lucrativos de cunho social que a buscam, promovendo doações pontuais e acreditando que tais ações reflitam e tenham impacto direta e indiretamente no bem estar do cooperado e seus familiares. Em 2019 as doações para as entidades foram na ordem de R\$ 19.566,28, fora os serviços prestados ao hospital pela engenharia na aprovação do projeto fotovoltaico.

Em 2019 ocorreu também, a 4ª edição da campanha de arrecadação de alimentos para doação a entidades carentes. Foram arrecadados em torno de 4,5 toneladas de alimentos não perecíveis e doados para 11 entidades carentes que demonstraram grande aceitação.

Conforme aprovado em assembleia no ano de 2017, ajuda para fomentar a criação de novas cooperativas, a CERNHE incentivou a formação da constituição do SERCOOP - Cooperativa dos Seringueiros de Novo Horizonte e Região, já devidamente registrada e em funcionamento. A CERNHE em 2019 contribuiu com R\$ 17.099,10 para pagamento de despesas do SERCOOP (custos administrativos, contábeis e material de escritório).

No ano de 2019 foi promovida a campanha Outubro Rosa e Novembro azul, cujo objetivo foi realizar exames de mamografia, PSA e demais exames necessários para identificação de possíveis anormalidades na saúde dos funcionários e suas esposas .

RECURSOS HUMANOS

A CERNHE em 2019 investiu em treinamentos, acrescentando novos conhecimentos a equipe, aprimorando procedimentos de trabalho e capacitando a novos sistemas.

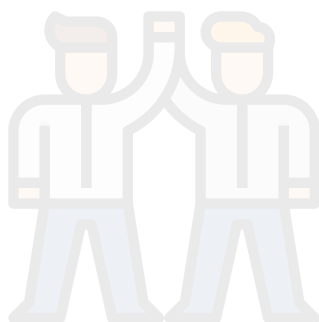
As instalações do centro de treinamento acompanham a evolução da CERNHE, trazendo agilidade e capacidade técnica aos treinados, neste sentido, o que antes levava até 05 anos, se faz em 02 anos. Os treinados aprendem no chão a montar a estrutura, depois com cinto em baixa altura e só depois passam a subir. Aprendem inicialmente no campo de testes e não no sistema. Isto trouxe ganho para a CERNHE, pois os funcionários saem prontos e confiantes diminuindo as falhas e acidentes, faltando a eles o amadurecimento que é feito com profissional experiente. Entre os treinamentos proporcionados estão treinamento para o COD-RT; operacionalização de guindauto; segurança para trabalho em altura; curso básico de eletricitas; treinamentos no departamento contábil e RH referente ECD, ECF, REINF e E-SOCIAL. Além dos treinamentos, na busca de facilitar e melhorar a performance foram feitas algumas normas técnicas, tais como: norma técnica para preenchimento de documentos; melhoria da análise de riscos de construção e manutenção; procedimentos para construção e roçada; procedimentos para troca de estruturas.

No mês de abril/2019 a CERNHE contratou empresa especializada na área de Segurança do Trabalho, profissional com vasta experiência no ramo de distribuição de energia elétrica, para análise e apontamento dos possíveis riscos em campo e alternativas para minimizá-los.

Total de gastos com treinamentos – R\$ 61.819,73

Em 2019 a CERNHE implantou o plano de saúde a toda equipe, processo este já desejado em 2013. Os custos são todos da empresa, exceto a coparticipação em consultas e exames dos funcionários.

Além do plano a empresa proporciona, vale alimentação, reembolso de remédios em casos de acidente de trabalho, PLR-participação nos lucros e resultados de valor fixo igual ao salário base. Total gasto em 2019 - R\$ 195.639,64.



PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2019	2018	%
Número de consumidores	4.240	4.103	3,34%
Número de empregados	60	43	39,53%
Número de consumidores por empregado	71	95	-25,26%
Número de postos de atendimento	1	1	0
Mercado			
Área de permissão (km ²)	937	937	0
Consumo residencial médio (KWh/ano)	276	247	11,74%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	499	548	-8,94%
Residencial	528	615	-14,15%
Comercial	534	604	-11,59%
Industrial	733	700	4,71%
Rural	359	412	-12,86%
DEC (horas)	21	35	-40,00%
População atendida – Urbana atendida (em milhares de habitantes)	0	0	0
População atendida – Rural (em milhares de habitantes)	4,2	3,9	7,69%
FEC (número de interrupções)	12	16	-25,00%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0.05	0.8	0
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (km)	936	920	1,74%
Financeiros			
Receita Operacional Bruta (R\$Mil)	8.658	8.128	6,52%
Receita Operacional Líquida (R\$Mil)	6.478	6.166	5,06%
Sobras líquidas (%)	3.096	3.009	2,89%
Patrimônio Líquido	20.792	17.704	17,44%
Valor Patrimonial do lote de mil cotas	20.792	17.704	17,44%

AGRADECIMENTOS

Foram muitos ajustes e acertos administrativos e operacionais que não cabe relacionar, para que a CERNHE alcançasse o bom momento em que vive. Parabéns a todos os envolvidos, com destaque para a equipe de colaboradores (todos), a Engenharia e aos Diretores que entendem a necessidade de investimentos e apoiam os processos. Podem confiar, 2020, será ainda melhor, com a graça de Deus. Assim, submete à apreciação de todos

JOSÉ ANTONIO REDÍGOLO
DIRETOR PRESIDENTE

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.037	9.191
Contas a receber de consumidores e outros	6	1.640	1.130
Estoques		208	218
Impostos e contribuições a recuperar		206	188
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	7	96	73
Outros ativos circulantes		1.072	1.219
Despesas pagas antecipadamente		46	33
Total do ativo circulante		<u>13.305</u>	<u>12.052</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições a recuperar		313	210
Investimentos	8	118	118
Imobilizado	9	18.745	17.556
Intangível		2	2
Total do ativo não circulante		<u>19.178</u>	<u>17.886</u>
Total do ativo		<u>32.483</u>	<u>29.938</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	10	542	500
Salários e encargos sociais		261	206
Impostos e contribuições a recolher		146	163
Provisão para férias e encargos		313	245
Capital a restituir		100	100
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	7	464	470
Taxas regulamentares	11	249	190
Outros passivos circulantes		26	23
Total do passivo circulante		<u>2.101</u>	<u>1.897</u>
Não circulante			
Capital a restituir		425	425
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público	13	1.254	1.087
Total do passivo não circulante		<u>1.679</u>	<u>1.512</u>
Patrimônio líquido	14		
Capital social		2.050	2.058
Reserva de avaliação patrimonial		7.911	8.826
Reserva legal		1.670	1.360
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES		729	847
Reserva de desenvolvimento		13.574	10.880
Reserva de equalização		173	173
Sobras a disposição da AGO		2.596	2.385
Total do patrimônio líquido		<u>28.703</u>	<u>26.529</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>32.483</u>	<u>29.938</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	Nota	2019	2018
Ingresso operacional bruto	15	17.653	14.710
Fornecimento de energia elétrica		5.128	3.540
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		3.416	4.450
Ativos e passivos regulatórios		129	149
Serviços cobráveis		10	9
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		8.970	6.562
Tributos		(1.193)	(1.071)
ICMS		(1.103)	(998)
PIS-PASEP		(16)	(13)
Cofins		(74)	(60)
Encargos - Parcela "A"		(1.029)	(892)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(736)	(454)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(42)	(37)
Outros encargos		(251)	(401)
Ingresso operacional líquido		15.431	12.747
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	16	(7.142)	(4.910)
Energia elétrica comprada		(7.142)	(4.910)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		8.289	7.837
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(6.115)	(5.848)
Pessoal e administradores	17	(3.218)	(3.128)
Material		(596)	(576)
Serviços de terceiros		(685)	(620)
Arrendamento e aluguéis		(210)	(189)
Seguros		(51)	(41)
Doações, contribuições e subvenções		(28)	(24)
Provisões		(2)	(44)
(-) Recuperação de despesas		71	62
Tributos		(109)	(88)
Depreciação e amortização		(1.193)	(1.113)
Gastos diversos		(55)	(44)
Outras ingressos operacionais		206	136
Outras dispêndios operacionais		(245)	(179)
Sobra da atividade		2.174	1.989
Resultado financeiro		372	418
Dispêndios financeiros		(187)	(212)
Ingressos financeiras		559	630
Sobra antes dos tributos		2.546	2.407
Imposto de renda e Contribuição social	18	(123)	(103)
Sobra líquida do exercício		2.423	2.304

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra líquida do exercício	2.423	2.304
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.423</u>	<u>2.304</u>

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO DMPL

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

	Capital social	Reserva de avaliação patrimonial	Reserva legal	RATES	Reserva de desenvolvimento	Reserva estatutária	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.058	9.780	1.059	825	9.026	173	1.553	24.474
Transferência para reserva	-	-	-	-	1.553	-	(1.553)	-
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	-	(249)	-	-	-	-	-	(249)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	(705)	-	-	-	-	705	-
Realização do RATES	-	-	-	(128)	-	-	128	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	2.304	2.304
Constituição de reservas	-	-	301	150	301	-	(752)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.058	8.826	1.360	847	10.880	173	2.385	26.529
Transferência para reserva	-	-	-	-	2.385	-	(2.385)	-
Baixa de capital	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	-	(241)	-	-	-	-	-	(241)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	(674)	-	-	-	-	674	-
Realização do RATES	-	-	-	(272)	-	-	272	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	2.423	2.423
Constituição de reservas	-	-	310	154	309	-	(773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.050	7.911	1.670	729	13.574	173	2.596	28.703

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIO

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	2.423	2.304
Ajustes por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	-
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(13)
Depreciação e amortização	1.193	1.113
Resultado na alienação de bens e direitos	290	1.932
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de consumidores e outros	(512)	621
Estoques	10	35
Impostos e contribuições a recuperar	(121)	(60)
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(23)	256
Outros ativos circulantes e não circulantes	134	(743)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	42	(1)
Salários e encargos sociais	55	43
Impostos e contribuições a recolher	(17)	(63)
Provisão para férias e encargos	68	22
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos		
financeiros	(6)	(218)
Taxas regulamentares	59	(37)
Outros passivos circulantes	170	221
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>3.767</u>	<u>5.412</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(2.672)	(3.681)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	(241)	(249)
Aumento em investimentos	-	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.913)</u>	<u>(3.939)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Baixa de capital	(8)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(8)</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>846</u>	<u>1.473</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.037	9.191
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.191	7.718
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>846</u>	<u>1.473</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO
HORIZONTE-CERNHE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

1 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE ("Cooperativa"), com sede no município de Novo Horizonte SP, é uma permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e atua, conforme disposto em seu contrato de permissão e legislação vigente, no fornecimento de energia elétrica aos usuários finais localizados em sua área de concessão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Cooperativa está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cooperativa solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Além das permissionárias, também fazem parte do setor elétrico as distribuidoras, geradores, transmissores e

consumidores livres. No negócio de geração, a geradora além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre – ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebração de contratos de compra e venda de energia, o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do qual fazem parte Agentes de Geração, de Comercialização e de Distribuição de energia elétrica, e o Ambiente de Contratação Livre – ACL, do qual fazem parte Agentes de Geração, Comercialização, Distribuição, Importadores e Exportadores de energia elétrica e Consumidores livres.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST – Tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Contexto operacional e permissão

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE, que contava com 2.844 e 2.848 cooperados no final de 2019 e de 2018, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico através do fornecimento de energia elétrica, e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 30 de junho de 2008, a Administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de vinte anos, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica, nos municípios de Borborema, Catanduva, Irapuã, Itajobi, Novais, Novo Horizonte e Tabapuã, todos no Estado de São Paulo. Seus serviços prestados e tarifas cobradas são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização a permissionária.

Segundo o Contrato de Concessão, a Cooperativa passa por processos de revisão tarifária a cada quatro anos e por processo de reajuste tarifário anualmente.

Em 2 de dezembro de 2015 foi assinado o terceiro aditivo ao contrato de concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado ou reembolsado para a Cooperativa.

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital – remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória).

3 Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

a Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Cooperativa. Há diferenças entre as

práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma cooperativa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas. As demonstrações contábeis regulatórias, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 9 de março de 2019.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b Moeda de apresentação e moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela Cooperativa é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de reais.

c Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas podem divergir para com o resultado real.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis regulatórias, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

4.1 Práticas contábeis gerais

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial regulatório quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes ativos e passivos financeiros: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; obrigações especiais vinculadas à concessão de serviços públicos; valores a receber/devolver de parcela A.

b Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial, e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c Contas a receber de consumidores e outros

As contas a receber de consumidores e outros estão demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, esses por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

d Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. Tem base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera, também, uma análise dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se nas experiências da Cooperativa em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. A administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

e Investimentos

Substancialmente representados por participação societária no sistema cooperativista, avaliada pelo custo de aquisição e a ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

f Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A administração da Cooperativa revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

g Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados com base no lucro real apurado, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

i Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo, ou o valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

I Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

m Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Cooperativa é avaliada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.2 Práticas contábeis regulatórias**a Ativos e passivos regulatórios**

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Cooperativa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Cooperativa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

b Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

c Imobilizado em curso

Os gastos de administração capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Cooperativa, caso exista, agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

d Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

e Reserva de avaliação patrimonial

Em cumprimento à Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, e atualizações, a Cooperativa registra, a cada Revisão Tarifária Periódica, realização regulatória compulsória, que corresponde ao montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do ativo imobilizado em serviço.

5 Caixa e equivalentes de caixa

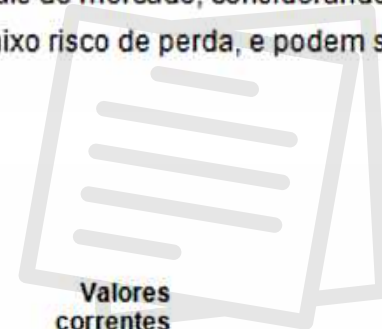
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	407	262
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
CDB	9.630	8.929
	<u>9.630</u>	<u>8.929</u>
	<u>10.037</u>	<u>9.191</u>

A Cooperativa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos seus valores de custo acrescidos por rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições oficiais que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, considerando a época, o tipo, valor e prazo, tendo como característica alta liquidez e baixo risco de perda, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

1 Contas a receber de consumidores e outros



Descrição	A vencer		Vencidos			Provisão para devedores duvidosos	2019	2018	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias				
					Mais de 360 dias				
Fornecimento de Energia									
Residencial	285	-	65	-	2	7	(9)	350	257
Industrial	28	-	-	-	-	-	-	28	14
Comercial	77	-	31	-	-	1	(1)	108	79
Rural	455	-	124	-	1	8	(8)	580	420
Poderes públicos	3	-	-	-	-	-	-	3	2
Iluminação pública	36	-	-	-	-	-	-	36	18
Serviço público	25	-	-	-	-	-	-	25	12
Fornecimento não faturado	510	-	-	-	-	-	-	510	328
	1.419	-	220	-	3	16	(18)	1.640	1.130

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7 Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Tratam-se de ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo desse período. Essa diferença constitui em um direito a receber sempre que os custos homologados incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou quando as obrigações dos custos homologados incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão na existência de saldos que não tenham sido recuperados, sendo esses incluídos na base de indenização prevista e estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Ativos Financeiros Setoriais				
Circulante				
Neutralidade da Parcela A (i)	12	13	(25)	-
Outros (ii)	61	289	(254)	96
	<u>73</u>	<u>302</u>	<u>(279)</u>	<u>96</u>
Passivos Financeiros Setoriais				
Neutralidade da Parcela A (i)	452	466	(581)	337
Outros (ii)	18	121	(12)	127
	<u>470</u>	<u>587</u>	<u>(593)</u>	<u>464</u>

- (i) Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.
- (ii) Refere-se substancialmente ao Custo do Uso do Sistema de Distribuição – CUSD para as distribuidoras que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as usinas de energia das regiões onde estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões.

8 Investimentos

	2019	2018
Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – FECOERESP	1	1
Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus	117	117
	<u>118</u>	<u>118</u>

9 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Imobilizado em serviço	31.747	-	(815)	2.559	33.491	30.932	(16.632)	16.859	15.796	1.326	(226)	1.100
Distribuição	31.747	-	(815)	2.559	33.491	30.932	(16.632)	16.859	15.796	1.326	(226)	1.100
Edificações, obras civis e benfeitorias	287	-	-	273	560	287	(61)	499	239	-	-	-
Máquinas e equipamentos	30.485	-	(742)	1.922	31.665	29.743	(15.988)	15.677	15.071	1.326	(226)	1.100
Veículos	955	-	(73)	364	1.246	882	(574)	672	474	-	-	-
Móveis e utensílios	20	-	-	-	20	20	(9)	11	12	-	-	-
Administração	1.240	-	(3)	83	1.320	1.237	(632)	688	649	-	-	-
Terrenos	141	-	-	-	141	141	-	141	141	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	921	-	-	39	960	921	(514)	446	440	-	-	-
Móveis e utensílios	178	-	(3)	44	219	175	(118)	101	68	-	-	-
Subtotal	32.987	-	(818)	2.642	34.811	32.169	(17.264)	17.547	16.445	1.326	(226)	1.100
Imobilizado em curso	1.111	2.762	(33)	(2.642)	1.198	3.840	-	1.198	1.111	154	-	154
Distribuição	1.111	2.762	(33)	(2.642)	1.198	3.840	-	1.198	1.111	154	-	154
Edificações, obras civis e benfeitorias	303	10	-	(313)	-	313	-	-	303	-	-	-
Máquinas e equipamentos	159	398	(4)	(395)	158	553	-	158	159	154	-	154
Veículos	-	567	-	(364)	203	567	-	203	-	-	-	-
Outros	649	1.787	(29)	(1.570)	837	2.407	-	837	649	-	-	-
Subtotal	1.111	2.762	(33)	(2.642)	1.198	3.840	-	1.198	1.111	154	-	154
Total do Ativo Imobilizado	34.098	2.762	(851)	-	36.009	36.009	(17.264)	18.745	17.556	1.480	(226)	1.254

b Composição do Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto		Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Líquido Em 31/12/2018
	Em 31/12/2015	Adições (A)								
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(19,88)	2,09	2,73
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(19,88)	2,09	2,73
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(12,67)	2,09	2,73
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração										
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização										
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Intangível	21,97	-	-	-	-	21,97	-	(12,67)	2,09	2,73

c A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
	Em 31/12/2018					bruto em 31/12/2019	
AIS Bruto	30.485	1.922	139	0	0	32.546	2.061
Transformador de Distribuição	5.835	314	115,00	-	-	6.264	429
Medidor	1.197	186	24,00	-	-	1.407	210
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	10.144	197	-	-	-	10.341	197
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.874	1.225	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	530	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	9.905	-	-	-	-	-	0
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.085	5,00	-	-	-	202	5
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	1	-	-	-	-	1	0
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

d Demonstração dos valores de Depreciação

	2019		2018	
	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição				
Custo histórico	13.227.588,76	4.163.450,09	9.064.138,67	7.090.924,04
Reavaliação	20.286.175,57	12.489.470,28	7.796.705,29	8.708.269,34
Administração				
Custo histórico	1.171.753,99	597.616,33	574.137,66	529.556,23
Reavaliação	148.378,44	34.009,02	114.369,42	118.094,79
	34.833.896,76	17.284.545,72	17.549.351,04	16.446.844,40
Em curso				
Distribuição				
			365.492,75	462.387,02
	0,00	0,00	0,00	0,00
			365.492,75	462.387,02
			10.003.769,08	8.082.867,29

e Adições do Período por naturezas de Gasto

<u>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</u>	<u>Material / Equipamentos</u>	<u>Serviços de terceiros</u>	<u>Mão de obra própria</u>	<u>Depreciação / Amortização</u>	<u>Outros gastos</u>	<u>Total</u>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	0,00	9,57	0,00	0,00	0,00	9,57
Máquinas e equipamentos	1.567,57	61,03	283,16	0,00	56,85	1.968,62
Veículos	566,65	0,00	0,00	0,00	0,00	566,65
Transformação, fabricação e reparo de materi	6,20	0,49	0,00	0,00	0,00	6,70
Total das adições	2.140,43	71,10	283,16	0,00	56,85	2.551,55

f As Principais taxas anuais de depreciação

<u>Distribuição</u>	<u>Taxa%</u>
Banco de Capacitores (tensão inferior a 69kv)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69kv)	6,67
Condutor de Sistema (classe de tensão inferior a 69kv)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de Tensão (tensão inferior a 69kv)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69kv)	4,35
Administração central	Taxa%
Equipamento Geral	6,25
Veículos	14,29

b Adições do imobilizado em curso

Descrição	Material/ Equipamentos
Edificações, obras civis e benfeitorias	10
Máquinas e equipamentos	398
Veículos	567
Materiais em depósito	1.176
Compras em andamento	611
	<u>2.762</u>

c Imobilizado por atividade

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		33.492	(16.633)	16.859	15.797
Custo histórico	5,64	13.206	(4.144)	9.062	7.088
Reavaliação	5,64	20.286	(12.489)	7.797	8.709
Administração		1.320	(632)	688	648
Custo histórico	7,27	1.172	(598)	574	529
Reavaliação	7,27	148	(34)	114	119
Subtotal		34.812	(17.265)	17.547	16.445
Em curso					
Distribuição	-	1.198	-	1.198	1.111
Subtotal		1.198	-	1.198	1.111
Total		36.010	(17.265)	18.745	17.556

d 10 maiores adições do imobilizado em serviço

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor
CHAVE RELIGADORA TRIFASICA A VACUO 15 KV	1	Un	38
CHAVE RELIGADORA TRIFASICA A VACUO 15 KV	1	Un	38
CHAVE RELIGADORA TRIFASICA A VACUO 15 KV	1	Un	38
CONSTRUCAO CALL CENTER	1	Un	57
FERRAMENTARIA, SALA DE VIVENCIA E BANHEIROS PARA EQUIPE DE APOIO	1	Un	40
CONSTRUÇÃO BARRAÇÃO - AMPLIAÇÃO DO ALMOXARIFADO - RUA GAUCURUS, 159	1	Un	186
VEICULO STRADA HARD WORKING 1.4 2019	1	Un	41
CAMINHONETE HILUX 4X4 2.8 TURBO 2019/2019 N° 39	1	Un	104
CAMINHONETE HILUX 4X4 2.8 TURBO 2019/2019 N° 40	1	Un	104
CAMINHONETE HILUX 4X4 2.8 TURBO 2019/2020 N° 42	1	Un	101
			<u>747</u>

e 10 maiores baixas do imobilizado em serviço

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor
CAMINHONETE GM S-10 ADVANTAGE 2011 - FLEX - COR BRANCA - PLACA ERJ-2273	1	Un	28
CAMINHONETE GM S-10 ADVANTAGE 2011 - FLEX - COR BRANCA - PLACA EVG 9084	1	Un	28
CAMINHÃO FORD F-600 ANO 97 PL. BLV-4943 AZUL DIESEL	1	Un	14
CHAVE RELIGADORA ELETROMECAENICA 100A	1	Un	11
GUINDASTE MUNCK M-640 - 18 CAPAC. 3 TONEL. C/ACESSORIOS	1	Un	8
TRANSFORMADOR TRIFASICO -30 KVA	1	Un	6
TRANSFORMADOR TRIFASICO -45 KVA(220/127)	1	Un	4
MEDIDOR TRIFASICO 120 V - 3 E - 4 F	19	Un	4
MEDIDOR BIFASICO ELETRONICO 2 FASES 15/120A - 120V	15	Un	2
MEDIDOR TRIFASICO ELETRONICO 30(200)A - 120/240V	1	Un	2
			<u>107</u>

10 Fornecedores e supridores de energia elétrica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Supridores de energia elétrica	538	499
Materiais e serviços	4	1
	<u>542</u>	<u>500</u>

11 Taxas regulamentares

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	74	43
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	26	26
Programa de Eficiência Energética (PEE)	66	66
Ministério de Minas e Energia (MME)	1	1
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	4	3
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3	3
Bandeira tarifária a recolher	75	48
	<u>249</u>	<u>190</u>

12 Provisão para contingências

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

13 Obrigações especiais vinculadas à concessão

a Composição de saldo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em serviço	1.327	1.125
Participação financeira do consumidor	969	767
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	339	339
Pesquisa e Desenvolvimento	19	19
(-) Amortização Acumulada - AIS	(227)	(174)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(227)	(174)
Em curso	154	136
Participação financeira do consumidor	154	136
	<u>1.254</u>	<u>1.087</u>

b Movimentação

	Saldo Inicial		Total final
	31/12/2018	Adição	31/12/2019
Em serviço	1.124	203	1.327
Participação financeira do consumidor	766	203	969
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	339	-	339
Pesquisa e Desenvolvimento	19	-	19
(-) Amortização Acumulada - AIS	(173)	(54)	(227)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(173)	(54)	(227)
Em curso	136	18	154
Participação financeira do consumidor	136	18	154
	1.087	167	1.254

14 Patrimônio Líquido**a Capital social**

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações legais e estatutárias das sobras

Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa, são apropriados:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para Reserva de Desenvolvimento, destinada a investimentos necessários ao atendimento das atividades da Cooperativa;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa; e
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c Reserva de avaliação patrimonial

Refere-se à reavaliação regulatória compulsória, no qual o montante decorrente da diferença entre o valor contábil do exercício e o Valor Novo de Reposição – “VNR”, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da Reavaliação Regulatória Compulsória – “RRC”, tem seus efeitos reconhecidos no Patrimônio Líquido, conforme determinação da ANEEL.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobra líquida do exercício	2.423	2.304
Realização do RATES	272	128
Realização da reserva de avaliação patrimonial de anos anteriores	-	705
Realização da reserva de avaliação patrimonial	674	-
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal	(310)	(301)
Reserva de Desenvolvimento	(309)	(301)
RATES	(154)	(150)
Sobras regulatórias à disposição da AGO	<u>2.596</u>	<u>2.385</u>

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembleia Geral.

15 Ingresso operacional bruto

a Composição de saldo

	<u>Consumidores</u>		<u>MWh(i)</u>			
	2019	2018	2019	2018		
Ingresso bruto						
Fornecimento - Faturado	4.288	4.101	17.511	16.429	8.544	7.989
Residencial	2.790	2.674	3.703	3.371	2.286	2.418
Industrial	8	7	474	182	418	154
Comercial	145	136	1.134	1.051	738	773
Rural	1.320	1.263	11.032	10.681	4.419	4.374
Poder público	7	6	35	43	23	32
Iluminação pública	2	2	797	777	299	328
Serviço público	14	13	319	324	180	209
Receita não faturada	2	-	17	-	181	(299)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não Faturado	-	-	-	-	9.109	6.721
Constituição e amortização - Demais ativos e passivos regulatórios					129	149
Serviços cobráveis					10	9
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					8.970	6.563
Total					<u>17.653</u>	<u>14.710</u>

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

16 Custo com energia elétrica comprada para revenda

	<u>R\$</u>		<u>MWh (i)</u>	
	2019	2018	2019	2018
Energia elétrica comprada	(7.003)	(4.800)	19.387	18.233
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	(139)	(110)	-	-
	<u>(7.142)</u>	<u>(4.910)</u>	<u>19.387</u>	<u>18.233</u>

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

17 Pessoal e administradores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	<u>(2.713)</u>	<u>(2.598)</u>
Remuneração	(1.566)	(1.490)
Encargos	(740)	(672)
Despesas rescisórias	(20)	(147)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	(2)
Outros benefícios - Corrente	(387)	(287)
Administradores	<u>(505)</u>	<u>(530)</u>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(505)	(530)
	<u>(3.218)</u>	<u>(3.128)</u>



18 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobras antes dos tributos	<u>2.546</u>	<u>2.407</u>
Exclusão:		
Efeitos dos ajustes regulatórios	674	705
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(2.785)	(2.738)
Base de cálculo	<u>435</u>	<u>374</u>
Imposto de renda		
Imposto de renda – 15%	(65)	(56)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(19)	(13)
	<u>(84)</u>	<u>(69)</u>
Contribuição social – 9%	<u>(39)</u>	<u>(34)</u>
	<u>(123)</u>	<u>(103)</u>

19 Reajuste tarifário

Através da Nota Técnica nº 85/2019 – SGT/ANEEL apresenta os detalhes do Reajuste Tarifário Anual de 2019, calculado em conformidade com as disposições legais e normativas pertinentes e segundo as regras estabelecidas no Contrato de Permissão de Distribuição.

A Cooperativa, sediada na cidade de Novo Horizonte - SP, atende atualmente cerca de 4 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente R\$ 9 milhões. Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 12/2008 entre a União e a Cooperativa por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica. A Resolução Normativa nº 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de

Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão. Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cooperativa, optou por não celebrar termo aditivo contratual e permanece com as tarifas estabelecidas pela ANEEL seguindo a metodologia do Submódulo 8.1 do PRORET. A Resolução Homologatória nº 2.542 de 14 de maio de 2019 homologou as tarifas vigentes da Cooperativa.

Em 24 de outubro de 2017, na 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, foi aprovado o Submódulo 8.5 do PRORET que estabelece os procedimentos a serem aplicados ao processo de definição da subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia.

20 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore.

Parte relacionada	Natureza da operação	2019	2018
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	53	46
Conselho de Administração	Remuneração	400	402
Conselho de Administração	Capital social	17	20
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	7	12
Conselho Fiscal	Remuneração	23	21
Conselho Fiscal	Capital social	5	4

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	<u>Classificação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	407	262
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	9.630	8.929
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	1.640	1.130
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	(i)	96	73
		<u>11.773</u>	<u>10.394</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	542	500
Capital a restituir	(i)	425	425
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	(i)	464	470
Taxas regulamentares	(i)	249	190
		<u>1.680</u>	<u>1.585</u>

Classificação:

(i) Custo amortizado.

b Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

c Risco de crédito

Parte substancial do fornecimento de energia elétrica é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes. Os riscos de crédito de equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Cooperativa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que auxiliam na liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

d Risco de gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Cooperativa administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalentes de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido).

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Cooperativa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total do passivo	3.780	3.409
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(10.037)	(9.191)
Sobra de caixa em relação a dívida (A)	<u>(6.257)</u>	<u>(5.782)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	28.703	26.529
Índice da sobra de caixa em relação a dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/(B)	(0,22)	(0,22)

e Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

22 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de curto prazo com a compra de energia em MWH são os seguintes:

	<u>Vigência</u>		<u>MWH</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Energia contratada	01/2019 a 12/2019	01/2018 a 12/2018	<u><u>19.011</u></u>	<u><u>16.902</u></u>

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 4 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR homologadas pela ANEEL, e não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

23 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

A Cooperativa seguiu as práticas contábeis adotados no Brasil para elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Cooperativa seguiu a regulamentação determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações aqui apresentadas.

23.1 Ativo

	2019				2018			
	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	10.037	-	-	10.037	9.191	-	-	9.191
Contas a receber de consumidores e outros	1.640	-	-	1.640	1.130	-	-	1.130
Estoques	208	-	-	208	218	-	-	218
Impostos e contribuições a recuperar	206	-	-	206	188	-	-	188
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	96	-	-	96	73	-	-	73
Outros ativos circulantes	1.072	-	-	1.072	1.219	-	-	1.219
Despesas pagas antecipadamente	46	-	-	46	33	-	-	33
Total do ativo circulante	13.305	-	-	13.305	12.052	-	-	12.052
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Impostos e contribuições a recuperar	313	-	-	313	210	-	-	210
Ativo financeiro - concessão do serviço público	-	4.750	-	4.750	-	3.311	-	3.311
Investimentos	118	-	-	118	118	-	-	118
Imobilizado	18.745	(6.002)	(7.911)	4.832	17.556	(4.396)	(8.826)	4.334
Intangível	2	(2)	-	-	2	(2)	-	-
Total do ativo não circulante	19.178	(1.254)	(7.911)	10.013	17.886	(1.087)	(8.826)	7.973
Total do ativo	32.483	(1.254)	(7.911)	23.318	29.938	(1.087)	(8.826)	20.025

23.2 Passivo

	2019				2018			
	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário
Passivo								
Circulante								
Fornecedores e supridores de energia elétrica	542	-	-	542	500	-	-	500
Salários e encargos sociais	261	-	-	261	206	-	-	206
Impostos e contribuições a recolher	146	-	-	146	163	-	-	163
Provisão para férias e encargos	313	-	-	313	245	-	-	245
Capital a restituir	100	-	-	100	100	-	-	100
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	464	-	-	464	470	-	-	470
Taxas regulamentares	249	-	-	249	190	-	-	190
Outros passivos circulantes	26	-	-	26	23	-	-	23
Total do passivo circulante	2.101	-	-	2.101	1.897	-	-	1.897
Não circulante								
Capital a restituir	425	-	-	425	425	-	-	425
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público	1.254	(1.254)	-	-	1.087	(1.087)	-	-
Total do passivo não circulante	1.679	(1.254)	-	425	1.512	(1.087)	-	425
Patrimônio líquido								
Capital social	2.050	-	-	2.050	2.058	-	-	2.058
Reserva de avaliação patrimonial	7.911	-	(7.911)	-	8.826	-	(8.826)	-
Reserva legal	1.670	-	-	1.670	1.360	-	-	1.360
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES	729	-	-	729	847	-	-	847
Reserva de desenvolvimento	13.574	-	-	13.574	10.880	-	-	10.880
Reserva de equalização	173	-	-	173	173	-	-	173
Sobras regulatórias	2.596	-	-	2.596	2.385	-	-	2.385
Total do patrimônio líquido	28.703	-	(7.911)	20.792	26.529	-	(8.826)	17.703
Total do passivo e patrimônio líquido	32.483	(1.254)	(7.911)	23.318	29.938	(1.087)	(8.826)	20.025

23.3 Resultado

	2019				2018			
	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário
Ingresso operacional bruto	17.653	-	-	17.653	14.710	-	-	14.710
Fornecimento de energia elétrica	5.128	3.416	-	8.544	3.540	4.450	-	7.990
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.416	(3.416)	-	-	4.450	(4.450)	-	-
Ativos e Passivos Regulatórios	129	-	-	129	149	-	-	149
Serviços cobráveis	10	-	-	10	9	-	-	9
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	8.970	-	-	8.970	6.562	-	-	6.562
Tributos	(1.193)	-	-	(1.193)	(1.071)	-	-	(1.071)
ICMS	(1.103)	-	-	(1.103)	(998)	-	-	(998)
PIS-PASEP	(16)	-	-	(16)	(13)	-	-	(13)
Cofins	(74)	-	-	(74)	(60)	-	-	(60)
Encargos - Parcela "A"	(1.029)	-	-	(1.029)	(892)	-	-	(892)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(736)	-	-	(736)	(454)	-	-	(454)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(42)	-	-	(42)	(37)	-	-	(37)
Outros encargos	(251)	-	-	(251)	(401)	-	-	(401)
Ingresso operacional líquido	15.431	-	-	15.431	12.747	-	-	12.747
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(7.142)	-	-	(7.142)	(4.910)	-	-	(4.910)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.142)	-	-	(7.142)	(4.910)	-	-	(4.910)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	8.289	-	-	8.289	7.837	-	-	7.837
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.115)	-	674	(5.441)	(5.848)	-	705	(5.143)
Pessoal e administradores	(3.218)	-	-	(3.218)	(3.128)	-	-	(3.128)
Material	(596)	-	-	(596)	(576)	-	-	(576)
Serviços de terceiros	(685)	-	-	(685)	(620)	-	-	(620)
Arrendamento e alugueis	(210)	-	-	(210)	(189)	-	-	(189)
Seguros	(51)	-	-	(51)	(41)	-	-	(41)
Doações, contribuições e subvenções	(28)	-	-	(28)	(24)	-	-	(24)
Provisões	(2)	-	-	(2)	(44)	-	-	(44)
(-) Recuperação de despesas	71	-	-	71	62	-	-	62
Tributos	(109)	-	-	(109)	(88)	-	-	(88)
Depreciação e amortização	(1.193)	-	674	(519)	(1.113)	-	705	(408)
Gastos diversos	(55)	-	-	(55)	(44)	-	-	(44)
Outras ingressos operacionais	206	-	-	206	136	-	-	136
Outras dispêndios operacionais	(245)	-	-	(245)	(179)	-	-	(179)
Sobra da atividade	2.174	-	674	2.848	1.989	-	705	2.694
Resultado financeiro	372	-	-	372	418	-	-	418
Dispêndios financeiros	(187)	-	-	(187)	(212)	-	-	(212)
Ingressos financeiros	559	-	-	559	630	-	-	630
Sobra antes dos tributos	2.546	-	674	3.220	2.407	-	705	3.112
Imposto de renda e Contribuição social	(123)	-	-	(123)	(103)	-	-	(103)
Sobra líquida do exercício	2.423	-	674	3.097	2.304	-	705	3.009



**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE**
CNPJ 53.176.038/0001-86 - I.E. 483.003.274.114
PABX:- (17) 3542-1208 – Plantão 0800-7741401
e-mail: cernhe@cernhe.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, em cumprimento ao que determina o artigo 47, letra I, do Estatuto Social, examinamos Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Regulatória representam a posição financeira e a patrimonial da cooperativa em 31 de dezembro de 2019; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Novo Horizonte, 25 de março de 2020.

Nome Completo
Conselheiro Fiscal Efetivo - ALCIDES RODRIGUES ZANA

Assinatura

Conselheiro Fiscal Efetivo - CLÁUDIO JOÃO TROLEZI

Conselheiro Fiscal Efetivo - DIRCEU JOÃO BORALI

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES REGULATÓRIAS



Moore Prisma Auditores e
Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorep@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento
Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE
Novo Horizonte SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cooperativa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção para a nota explicativa 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cooperativa a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

A Cooperativa preparou demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 6 de março de 2020.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Responsabilidade dos Auditores Independentes pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 6 de março de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP17256/O-3

Octávio Bution Neto
CRC 1SP243568/O-1